

Quinta-feira, 17 de Março de 1977



# DIÁRIO da Assembleia da Repúblíca

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

## SESSÃO DE 16 DE MARÇO

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Vasco da Gama Fernandes

**Secretários:** Ex.<sup>mo</sup> Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — O Sr. Presidente deplorou o atentado de que fôra alvo a residência dos pais do Sr. Deputado Jaime Gama e, já no decorrer da ordem do dia, condenou igualmente um atentado bombista contra a residência do Sr. Deputado Freitas do Amaral.

**Ordem do dia.** — Iniciou-se o debate requerido pelo PSD sobre as medidas económicas recentemente decretadas pelo Governo.

O debate foi aderto pelo Sr. Deputado Barbosa de Melo (PSD), que também respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Salgado Zenha (PS), António Guterres (PS) e Amaro da Costa (CDS).

Seguiram-se no uso da palavra os seguintes oradores: Sr. Deputado Sousa Franco (PSD), que respondeu ainda a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Vital Moreira (PCP) e Salgado Zenha (PS); Sr. Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes) que no fim respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Ângelo Correia (PSD), Amaro da Costa (CDS) e Veiga de Oliveira (PCP); Sr. Ministro das Finanças (Medina Carreira), que respondeu também a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Acácio Barreiros (UDF) e Sousa Franco (PSD); Sr. Ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas (António Barreto), que respondeu ainda a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Abném Inglês (PCP), Carvalho Cardoso (CDS), Victor Louro (PCP), Ângelo Correia (PSD), Faria de Almeida (CDS) e Carlos Carvalhas (PCP); Sr. Deputado Freitas do Amaral (CDS), e Sr. Deputado Carlos Carvalhas (PCP), o qual respondeu também a pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado António Guterres (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

### Partido Socialista (PS)

Agostinho Martins do Vale.  
 Albano Pereira da Cunha Pina.  
 Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.  
 Alcides Strecht Monteiro.  
 Alfredo Fernando de Carvalho.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 Álvaro Monteiro.  
 Amadeu da Silva Cruz.  
 António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Barros dos Santos.  
 António Cândido Miranda Macedo.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Fernandes da Fonseca.  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António José Pinheiro Silva.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Manuel de Oliveira Guterres.  
 António Poppe Lopes Cardoso  
 António Riço Calado.  
 Aquilino Ribeiro Machado.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Beatriz Almeida Cal Brandão.  
 Benjamim Nunes Leitão Carvalho.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Cardoso Lage.

Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.  
 Carlos Manuel da Costa Moreira.  
 Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
 Dieter Dellinger.  
 Edmundo Pedro.  
 Etelvina Lopes de Almeida.  
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.  
 Fernando Abel Simões.  
 Fernando Reis Luis.  
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco do Patrocínio Martins.  
 Gualter Viriato Nunes Basílio.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 Jaime José Matos da Gama.  
 Joaquim José Catanho de Meneses.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.  
 José Borges Nunes.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Gomes Fernandes.  
 José Justino Taboada Brás Pinto.  
 José Luís do Amaral Nunes.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 José Maximiniano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 Ludovina Rosado.  
 Luís José Godinho Cid.  
 Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.  
 Manuel Augusto de Jesus Lima.  
 Manuel Barroso Proença.  
 Manuel do Carmo Mendes.  
 Manuel João Cristino.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.  
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.  
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Telmo Ferreira Neto.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.  
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD)  
 Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 Américo Natalino Pereira de Viveiros.  
 Américo de Sequeira.  
 Anatónio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
 Antídio das Neves Costa.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
 António Júlio Simões de Aguiar.

António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 António Coutinho Monteiro de Freitas.  
 António Moreira Barbosa de Melo.  
 António José dos Santos Moreira da Silva.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Armando António Correia.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.  
 Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.  
 Francisco Manuel Lumbreras de Sá Carneiro.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 João Afonso Gonçalves.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 João Lucílio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.  
 Jorge Ferreira de Castro.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Alberto Ribeiro.  
 José Alves da Cunha.  
 José Ângelo Ferreira Correia.  
 José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.  
 José Bento Gonçalves.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.  
 José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 José Theodoro de Jesus da Silva.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel Cunha Rodrigues.  
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.  
 Maria Élia Brito Câmara.  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Olívio da Silva França.  
 Pedro Manuel Cruz Roseta.  
 Ruben José de Almeida Martins Raposo.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.  
 Alexandre Correia Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António Simões Costa.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel Farromba Vilela.  
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 João Lopes Porto.

João da Silva Mendes.  
 José Cunha Simões.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
 José Manuel Macedo Pereira.  
 José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Nuno Krus Abecassis.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Vitor Afonso Pinto da Cruz.

#### Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
 António Luís Mendonça de Freitas Monteiro.  
 António Marques Matos Juzarte.  
 António Marques Pedrosa.  
 Cândido Matos Gago.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Domingos Abrantes Ferreira.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Fernando de Almeida Sousa Marques.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 Jorge do Carmo da Silva Leite.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida  
 José Manuel Paiva Jara.  
 José Pedro Correia Soares.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.  
 Manuel Pereira Franco.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Nicolau de Ascenção Madeira Dias Ferreira.  
 Raul Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Henrique Louro e Sá.  
 Victor Manuel Benito da Silva.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

O Sr. Presidente: — Estão presentes 201 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 30 minutos.*

#### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Como é do conhecimento desta Câmara e do País inteiro, ontem, em Ponta Delgada, foi vítima de um vilíssimo atentado a residência dos pais de um nosso colega deste

hemisfério, o Sr. Deputado Jaime Gama, com a prática de dois crimes nefandos, ou seja, nada mais nada menos que um atentado bombista e um crime de fogo posto. A Câmara não pode ficar indiferente a estes crimes sem perdão que se praticaram e que fazem parte, fatalmente, de um *complot* contra a democracia, contra a Constituição e contra as liberdades públicas. Suponho que interpreto o sentimento geral desta Câmara manifestando ao nosso querido colega Jaime Gama e à sua família os nossos melhores sentimentos. Assim o faço e, com o acordo e o silêncio da própria Assembleia, me convenço de que estas palavras foram bem compreendidas por ela.

#### ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Entrando na ordem do dia marcada para esta sessão, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo.

*Encontravam-se já na respectiva bancada ou compareceram depois os seguintes membros do Governo: Primeiro-Ministro (Mário Soares), Ministro sem pasta Jorge Campinos, Ministro do Plano e Coordenação Económica (Sousa Gomes), Ministro das Finanças (Medina Carreira), Ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas (António Barreto), Ministro dos Transportes e Comunicações (Rui Vilar), Ministro da Justiça (Almeida Santos), Secretário de Estado do Comércio e Indústrias Agrícolas (Carlos Filipe) e Secretário de Estado do Comércio Interno (Escaja Gonçalves). No decurso da sessão compareceram por alguns momentos outros membros do Governo.*

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados e Membros do Governo: Se alguém tivesse dúvidas quanto à necessidade de a opinião pública conhecer melhor e viver melhor os genuínos mecanismos democráticos ancorados na Constituição vigente, tê-las-ia perdido perante certas reacções e comentários vindos a público sobre esta interpelação ao Governo que agora se inicia. Desde o nervosismo de vários até às acusações expressas ou veladas de a interpelação constituir um facto «desestabilizador» — tudo foi possível numa opinião pública pretensamente esclarecida e, de certo, convictamente interessada na democracia. Um velho arquétipo adormecido no inconsciente colectivo pregava, assim, uma partida aos que dele se julgavam livres. Em assunto de tanto interesse nacional, bastariam — como parece ter bastado durante tantas décadas — a decisão do Governo e a comunicação ao País feita pelo seu responsável máximo para que se dessem por satisfeitas as exigências de uma política democrática participada e compartilhada pelos cidadãos.

Esqueceu-se assim o papel fundamental da Assembleia da República na estrutura constitucional; preferiu-se, talvez, a um debate frontal e público, travado de acordo com as regras parlamentares, o monólogo difuso dos comunicados, das notícias adrede preparadas, dos boatos, das conversas mais ou menos deturpantes sobre as razões ou sem razões do Governo.

Por nossa parte julgámos ter cumprido um indeclinável dever do partido democrata que somos. «Em

regime democrático — como se diz nos considerandos da nossa interpelação — a política verdadeiramente nacional é aquela que alcança o apoio de uma maioria parlamentar. E a confiança tem de assentar numa elucidação que só o debate pode permitir.»

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pois como poderia o Governo esperar, numa democracia, a adesão dos cidadãos a medidas que os afectam tão gravemente, senão através do confronto dos seus pontos de vista com os das correntes políticas representadas no Parlamento e mediante um claro entendimento dos motivos da sua política? Para homens livres uma crítica e a sua refutação serão sempre mais persuasivas do que os argumentos da força.

Acresce, ainda, que um Governo minoritário, mais do que qualquer outro, precisa da discussão para que as suas resoluções importantes se tornem aceitáveis para a generalidade dos cidadãos. A verdade é que sem isso a sua política correrá sempre o risco de ser uma política repressiva.

No termo deste debate teremos dado à Assembleia da República o lugar que lhe cabe na organização do Estado; teremos mostrado ao Governo as vantagens de governar de acordo com o Parlamento e teremos dado ao povo um testemunho sério sobre as condições e as exigências que a sobrevivência nacional agora impõe. Teremos, numa palavra, e assim o queremos, construído democracia.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados e Membros do Governo: As medidas económicas e financeiras aprovadas pelo Governo em 25 e 26 de Fevereiro estão a produzir efeitos profundos na vida concreta do povo português e vão exercer, sem dúvida alguma, influência considerável na credibilidade e na sobrevivência duradoura das nossas actuais instituições políticas. O seu acerto ou desacerto projectar-se-ão necessariamente como momentos cruciais ou críticos de um processo político ainda não inteiramente normalizado nos factos. Sejam essas medidas as necessárias e suficientes para o combate à gravíssima crise económico-financeira ou sejam para tanto inadequadas e incompletas; convertam-se elas, num prazo razoável, em prática efectiva e permanente na vida do Estado e da sociedade ou fiquem para aí apenas como mais um discurso piedoso de governantes cheios de boas intenções ou então mal esclarecidos; exprimam elas uma vontade política honesta e determinada de salvar a economia por amor do povo português ou não passem de uma desajeitada retórica para Europa ver e por amor do próprio grupo governante; sejam essas medidas resultado de longos estudos e de profunda meditação ou tenham elas brotado de um improviso mais ou menos engenhoso e falaz — o certo é que, em qualquer das hipóteses, estamos perante um acontecimento político de grande alcance, um acontecimento face ao qual não ficarão decerto indiferentes nem os democratas nem os antidemocratas interessados na evolução política portuguesa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Pois em qualquer dos casos continuará em jogo — num jogo perigoso e algo imprevisível — a própria experiência que Portugal tem vindo a viver sob o domínio da Constituição de 1976.

Ciente de tudo isso, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata entendeu dever suscitar um debate na Assembleia da República sobre as medidas de restrição do consumo e de relançamento da economia com vista à obtenção de uma melhor clarificação das razões e finalidades específicas da nova política económica governamental e a uma análise parlamentar daquilo que se fez e não fez agora, na expectativa de poder contribuir, de algum modo, para a solução de uma crise que, a não ser vencida — como lembrou na mensagem de fim de ano o Sr. Presidente da República —, nos vencerá a nós — pelo menos, a nós democratas de todos os matizes.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Partido Social-Democrata está vitalmente interessado no sucesso da via democrática aberta pelo 25 de Abril e no bem-estar efectivo do povo português, sobretudo das camadas que, de há muito, vêm sendo marginalizadas nas políticas económicas seguidas quer antes quer depois do 25 de Abril. O Partido Social-Democrata é adepto da ideia de que a justiça social compreende também uma exigência na proporção entre os sacrifícios impostos à geração presente e as vantagens deles resultantes para as gerações futuras, de tal modo que assim como protesta contra termos de pagar hoje os erros económicos de um passado recente ou remoto, assim também considera imoral que, pela nossa incúria, inépcia ou egoísmo de hoje, estejamos a comprometer o bem-estar de amanhã.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Partido Social-Democrata está consciente da possibilidade das manobras fáceis dos inimigos da democracia na exploração dos descontentamentos nascidos pelo agravamento acentuado do custo de vida imediatamente subsequente a uma política de austeridade — agora inevitável para qualquer força responsável depois de tantos desvarios e de tantas omissões que enchem este período de três anos em que o povo português podia justificadamente esperar muito mais e muito melhor dos seus dirigentes sucessivamente renovados.

**O Sr. Magalhães Mota (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — O Partido Social-Democrata crê no homem e no seu espírito incoercível, crê nos valores da liberdade e da dignidade humana, crê na capacidade do povo português, reiteradamente renovada ao longo da história, para traçar e assumir o seu futuro e por isso julga que esta hora exige o claro discernimento de que o combate à crise, para ter êxito, precisa de adesão esclarecida, consciente e livre de todos os que teimam em orgulhar-se de ser portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — O Partido Social-Democrata, repudiando assim as visões mecanicistas daqueles a quem

bastam as decisões do Poder ou as estratégias dos contrapoderes para garantir o êxito ou prever o fracasso de qualquer política, julga que é no diálogo, no debate e na persuasão que reside o segredo dos programas colectivos dignos de serem tentados e levados a cabo pelos governantes. Foi, também, por causa de todas estas crenças que fizemos esta interpelação ao Governo — na esperança de que aqui, em discussão serena e objectiva, fique tudo mais claro a respeito das medidas de austeridade e de relançamento decretadas com vista à recuperação da nossa delapidada economia.

Seria fácil para nós, sociais-democratas, aproveitar este debate para assumir o papel de quem se sente confortado pelo facto de se terem verificado as previsões que desde há muito vinha fazendo, às vezes com algum escândalo e quase sempre com muita incredulidade e sem qualquer proveito. Pois não é verdade que o Partido Social-Democrata, por intermédio dos seus políticos e economistas mais autorizados, vinha alertando sem descanso o povo e os responsáveis para a ruína inevitável a que nos conduziria a política económica seguida quer durante os governos gonçalvistas e o VI Governo Provisório, quer ao longo dos meses decorridos depois da posse deste Governo Constitucional? Pois não é verdade que votámos isolados contra o Plano Económico para 1977, justificando essa atitude, então desconcertante para muitos, no facto de o Governo não ter apresentado à Assembleia um verdadeiro plano económico susceptível de garantir a recuperação económica e de distribuir equitativamente a inevitável austeridade por que teríamos de passar? Pois não fomos nós, os sociais-democratas, quem fez uma campanha eleitoral nas eleições gerais de 1976 centrada sobre o tema da necessária austeridade e de medidas positivas de relançamento da economia, dizendo claramente que, a seguir-se outra política, caminhariámos para a bancarrota? Pois não apresentámos nós então ao eleitorado um programa de governo de que constam muitas das medidas agora decretadas pelo Governo socialista, e outras que não poderão deixar de vir a ser tomadas se quisermos sair da situação em que nos encontramos?

Seria fácil, por outro lado, aproveitar ainda este debate para mostrar à generalidade do povo português que temos vindo a assumir aqui nesta Assembleia e fora dela posições ditadas pelo realismo e o bom senso, a propósito tanto da economia como da administração pública, acabando os factos por nos virem dar razão. Pois não dissemos nós que, em vez de campanhas e cruzadas verbais, o Governo devia enfrentar, antes, os problemas reais e concretos, tomando a tempo as medidas necessárias e positivas para a promoção dos interesses do povo e a salvaguarda das instituições democráticas?

Simplesmente... encarar sob essa perspectiva este debate parlamentar equivaleria, agora sim, a perder o sentido das realidades e a noção do verdadeiro interesse nacional. Hoje não se trata de saber quem teve razão e porque a teve..., trata-se, antes, de descobrir como é que, nesta situação concreta, se realizam do melhor modo possível interesses que transcendem, em muito, a óptica partidária. Por intermédio de uma larguissima maioria das suas forças políticas representativas, decidiu o povo português trilhar os caminhos da Europa — isto é, os caminhos da

democracia e do bem-estar para todos —, e por ocasião dessa decisão descobriu o Governo uma verdade há muito evidente — a da ruína da nossa economia. E perante essa descoberta ousou tomar um conjunto de medidas que podem, se assim o quiser a larga maioria do povo, conduzir, através de sacrifícios, sem dúvida, a um futuro melhor. O que acima de tudo importa agora é preservar a confiança nas instituições democráticas e recobrar a confiança na economia, acertando, até aos limites do possível, a política económica do Governo com a realidade que aí está.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E, contudo, agindo com este espírito, o Partido Social-Democrata não deixará de proceder e de se assumir como oposição — como uma oposição que tem o sentido do Estado e a consciência de poder ser também uma solução.

Não faremos hoje, como não faremos nunca, «oposição pela oposição». A nossa tarefa é a de formular exigências, de apresentar críticas e de sugerir propostas que, no nosso modo de ver, possam servir o bem do povo ou evitar-lhe maiores prejuízos. O Governo e a oposição parlamentar são responsáveis, cada um a seu modo, perante a comunidade dos cidadãos. Mas ninguém poderá assumir por nós a responsabilidade própria que nos advém da confiança que recebemos do eleitorado. Iremos ser no debate a voz daqueles que confiaram e confiam, em número cada vez maior, na via social-democrata preconizada nos nossos programas e que esperam uma política económica capaz de vencer a crise que a todos aflige.

Ao abrir este importante debate parlamentar, marcando o seu alcance e sentido para o Partido Social-Democrata, julgo dever ainda caracterizar sumariamente os riscos que corre ou vai correr esta nova política económica do Governo. Não definir claramente esses riscos e cair na fácil tentação de fechar os olhos como se tudo houvesse de correr sempre pelo melhor seria ingenuidade imperdoável na situação presente. O nosso indefectível optimismo não pode ir ao ponto de dispensar um rigoroso reconhecimento das condições reais em que vai desenvolver-se tal política e uma vontade firme para vencer as dificuldades e obstáculos que estão aí a tolhê-la.

Em primeiro lugar, está aí o risco interno ao numeroso conjunto de medidas económicas e financeiras tomadas de uma só vez — em bloco — e rodeadas de um certo sensacionalismo. E o risco é este: o de as medidas não se encontrarem rigorosamente concatenadas, quer em si, quer nos seus efeitos recíprocos, podendo fazer evoluir as coisas para uma dinâmica não prevista ou mal calculada. Este debate e a atenção do Governo ao que aqui for dito poderão contribuir para a correcção ou a integração dessas medidas, por forma a coordenar o conjunto e a dar-lhe maior e melhor eficácia.

Em segundo lugar, há aí o risco do desânimo dos que têm a incumbência de dirigir a economia neste período. As dificuldades são tais e hão-de ser tão grandes as resistências que não é de todo insensato prever a falta de vontade política e de determinação dos detentores do Poder. Se isso acontecesse e voltássemos de novo ao «deixar correr», então talvez

se tornasse inevitável a catástrofe. Mas também a discussão pública destas medidas pode contribuir para uma diminuição da resistência. E assim será se o Governo e as oposições, em conjunto, souberem esclarecer devidamente o povo daquilo que se está a fazer ou vai fazer, da razão por que se lhe pede este ou aquele sacrifício.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Em terceiro lugar, não pode esquecer-se a incapacidade da nossa máquina administrativa para controlar com eficácia e executar com eficiência tantas tarefas juntas. Uma administração pública arcaica e irracional está hoje assoberbada com tarefas que só poderiam ser satisfatoriamente cumpridas por uma administração altamente racionalizada. O que neste domínio se tem feito depois do 25 de Abril tem sido o inverso do que se deveria fazer: ao mesmo tempo que se aumentaram as tarefas administrativas aumentaram-se também a complexidade, as inconsequências e os desperdícios da máquina administrativa, quer a nível geral, quer a nível local. Perante esta inoperância potenciada, todos se perguntam agora: mas como será possível pôr em prática todas as medidas complementares necessárias para combater, por exemplo, as especulações, o mercado negro, os açambarcamentos que têm agora aí o seu caldo de cultura ideal? Como pode a nossa administração pública controlar eficazmente uma economia em tão grave crise e carecida de tão graves e tão complexas medidas?

Em quarto lugar, parece já evidente que vai prosseguir, de forma talvez subtil mas implacável, a estratégia das forças minoritárias, apostadas, primeiro, em destruir a nossa débil economia e, depois, em tornar inviável toda e qualquer tentativa de recuperação económica.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Contra a nossa história e a vontade inequívoca do povo português há ainda quem pretenda desviar o País dos modelos europeus, bloqueando-nos o acesso ao nosso espaço político natural, na vã ilusão de nos conduzirem para um segundo ou um terceiro mundo ou para mundo nenhum.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E o caminho desde sempre escolhido por essas forças políticas tem sido — e irá de certo continuar a ser — o do caos económico. Aqui vai deparar, pois, o Governo com sérias e persistentes dificuldades no êxito da sua política — dificuldades tanto maiores quanto é certo este tipo de resistência activa assumir quase sempre forma camouflada e aparentemente inócuas. Essas forças, no seu estilo de sempre, continuarão de certo a prevalecer-se arbitrária e irresponsavelmente de todas as liberdades constitucionais que lhes assistem, mas que seriam as primeiras a sacrificar se algum dia fossem poder.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: Os escolhos que aí estão são muitos. Mas para

merecermos a nossa hora os vindouros hão-de poder dizer de nós que «nunca desesperámos da República».

Tenho dito.

**Aplausos do PSD.**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha, para pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — Ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Deputado Barbosa de Melo, mas, apesar do brilho da sua exposição, talvez por deficiência minha, houve um ponto que não consegui perceber.

O Sr. Deputado Barbosa de Melo referiu-se longamente às medidas económicas do Governo — creio que se referia às medidas que foram tomadas recentemente —, mas não consegui compreender se o Sr. Deputado Barbosa de Melo concorda ou não com essas medidas e, no caso de não concordar, com quais medidas é que não concorda e, nessa hipótese, pergunto que medidas acha que deveriam ser tomadas em sua substituição.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Barbosa de Melo deseja responder já ou no final de todos os pedidos de esclarecimento?

**O Sr. Barbosa de Melo (PSD):** — Sr. Presidente: Prefiro responder após todos os pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Presidente:** — Então tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

**O Sr. António Guterres (PS):** — O Sr. Deputado Barbosa de Melo referiu-se ao voto negativo do PSD em relação ao Plano, apontando de certa forma um contraste entre aquilo que no Plano vem expresso e o conjunto de medidas que agora o Governo apresentou.

Gostaria de lhe perguntar se o Sr. Deputado tem consciência de que a esmagadora maioria das medidas que constam do actual leque aprovado pelo Governo vem precisamente incluída no Plano, sobretudo no capítulo que diz respeito às medidas de política económica e financeira.

Segunda questão: o Sr. Deputado apontou como provável risco das medidas agora apresentadas uma eventual falta de vontade política do partido do Governo e do Governo. Gostaria de lhe perguntar se, ao longo do período anterior ao 25 de Abril, ao longo do período que decorreu desde o 25 de Abril até à estabilização definitiva da vida democrática e desde então até agora, alguma vez notou, por parte do Partido Socialista, dos seus representantes nos governos provisórios ou do Governo, o mais leve indício de que essa falta de vontade política pudesse vir agora a manifestar-se.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa, também para pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Suponho que a clareza é uma regra fundamental de debates desta natureza e é bom que tenhamos todos consciência da posição de que cada

um dos partidos aqui representados resolve partir. Nesse sentido, permitia-me fazer uma pergunta muito simples ao Sr. Deputado Barbosa de Melo: o Sr. Deputado tem consciência ou não de que o Partido Popular Democrático ...

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — O Sr. Deputado está desactualizado.

O Orador: — Nessa altura chamava-se assim.

Repto: O Sr. Deputado tem ou não consciência de que o PPD foi membro de todos os governos provisórios, à exceção do V, e, nessa medida, qual é o acto de contrição que deseja fazer perante esta Câmara e o povo português sobre o comportamento que nesse período teve o Governo?

*Risos do PSD e aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Melo, para responder.

O Sr. Barbosa de Melo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É sempre para mim uma honra ser objecto de inquirições por parte dos meus colegas. Essa atenção vos começo por agradecer.

O Sr. Deputado Salgado Zenha, muito directa e frontalmente, fez-me esta pergunta: se concordo ou não com o conjunto de medidas tomadas pelo Governo nesta hora de crise ou na hora em que se propõe debelar a crise. O Sr. Deputado Salgado Zenha, perdoe-me que lhe diga, impacienta-se um pouco — eu abri apenas o debate, definindo-lhe o tom e o sentido geral — perguntando-me quais são as medidas que em concreto o Partido Social-Democrata apoia, quais aquelas que desejará ver completadas. Terão naturalmente os economistas do meu partido — que não eu, que o não sou, sou apenas um jurista — ocasião para dar uma resposta cabal e satisfatória ao Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Deputado António Guterres honrou-me com duas perguntas. Com a primeira, pretende saber se eu tenho ou não consciência de que a esmagadora maioria das medidas agora decretadas já estava prevista no Plano para 1977. É certo que várias dessas medidas podiam inferir-se do programa económico para 1977. Resta saber — e a discussão há-de mostrá-lo — se as mais significativas, aquelas que se repercutem mais imediatamente no custo real da vida, estavam previstas nesse programa.

O Sr. Deputado perguntou-me também se eu tinha algum dia verificado defecções na vontade política deste Governo. Eu tenho de confessar que não tenho verificado defecções assim tão graves, mas quis, ao pôr em destaque esse risco que referi, chamar a atenção para o facto de que exactamente as dificuldades que vão seguir-se daqui poderiam legitimamente deixar prever que essa vontade política arrefecesse.

Quanto ao Sr. Deputado Amaro da Costa, que pretendeu que aqui me confessasse perante ele ..

*Risos do PSD.*

... devo dizer-lhe que não é este, rigorosamente, o meu confessionário.

*Risos.*

Em todo o caso, devo uma palavra ao povo português: tenho consciência de que o então PPD, hoje PSD, foi membro dos governos provisórios, à exceção do V, mas tenho também consciência de que em nenhum desses governos ocupou qualquer pasta que lhe permitisse controlar e definir a política económica.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco.

O Sr. Sousa Franco (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Secretários de Estado, Srs. Deputados: A interpelação do Partido Social-Democrata tem, desde logo, o sentido de provocar aqui mais um debate político importante sobre a nossa vida colectiva. Debate institucional, que ocorre assim no lugar próprio e entre os interlocutores adequados. Debate oportuno, que decorre também no momento apropriado, no qual o Governo começou a definir e a concretizar, pela primeira vez, em nosso entender, uma política económica.

A tomada deste lote de medidas — quase todas de austeridade, algumas visando a recuperação — sucede num momento importante da vida da nossa democracia e do País. Disso não podemos dissociar-nos. Estamos em vias de formular o pedido de adesão à CEE, com largo apoio do povo português, apoio que importa seja cada vez mais esclarecido, consciente e motivado.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Temos à vista, ao que parece, a concretização, sucessivamente adiada e tergiversada, de diversas medidas fundamentais, sem cuja definição o quadro institucional da nossa vida económica e social continuaria adiado, na bruma de interesses opostos e de incertezas paralisantes. Assim, a fixação de critérios e forma de indemnizações, que efectivem o direito constitucional à propriedade e diferenciem expropriação legítima de exploração arbitrária, assim a delimitação entre o sector público e o sector privado, assim a definição do conteúdo preciso do controlo de gestão, do direito à greve, da contratação colectiva e da participação dos trabalhadores na empresa, assim a esperada revisão da legislação agrária. Ao mesmo tempo, vivemos horas que de novo nos recordam como a indefinição económica tem prejudicado a consolidação da democracia, pois tem sido dito e redito que sem boa economia não existe democracia viável.

O Sr. Sérvulo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De novo também manipulações de massas tentam aproveitar o real descontentamento que existe entre os trabalhadores e suas famílias — e de que nesta Câmara havemos de nos fazer eco — para vingar erros do passado ou, quem sabe, reincidir neles: nos erros de há cinquenta anos, como nos erros de há dois anos.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

O Orador: — De novo ainda os totalitários de todos os lados tentam inserir neste ambiente vanguardis-

mos, terrorismos e irrequietismos, visando minar a estabilidade social e a da instituição militar, a sua necessária reserva política e a submissão ao poder civil. Enxergamos, no entanto, talvez a aproximação que parece dar-se — quanto lenta, ambígua, hesitante — de um projecto democrático coerente, de um projecto nacional que seja claramente português — isto é, europeu sem esgotar-se na Europa —, de um projecto económico assente num sistema de tipo ocidental que diga alguma coisa aos portugueses e corresponda à sua vontade expressa. Daí o desespero de alguns, daí a necessidade de esclarecer desde já, sem demora e com total nitidez estas medidas no seu real significado, para que sejam aceites e cumpridas, ou corrigidas e completadas, e para que motivem o povo, mobilizando-o para o esforço de construir a nova sociedade por que vem aspirando e sob cuja invocação tantos tanto o têm enganado. Se estas medidas tiverem tal significado e se conseguirem fazer-nos passar da fase longa e penosa dos vagos projectos à fase fecunda das ideias claras e das acções consequentes, o povo aceitá-las-á, por certo, e levará de vencida os que tentam explorar desilusões e descontentamentos que eles mesmos criaram. Para isso, porém, há que explicar com clareza, em vez de impor ou apenas fazer propaganda. É o que sobretudo pretendemos.

A discussão das recentes medidas económicas será, por certo, um momento de divergência legítima: sem ela não há democracia. Mas deve ser, acima de tudo, um momento de unidade democrática, à volta de objectivos comuns, que sejam claros e queridos pela maioria, e de um comum espírito de esclarecimento e correção por parte de todos nós.

**Uma voz do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — É verdade que, de vários quadrantes totalitários, surgem novos assaltos à democracia, facilitados pela amplitude dos dissensos e pela fraqueza da coesão possível entre as forças democráticas. Está — ou começa a estar — definido agora o quadro estável em que Portugal se insere, conforme à sua vocação histórica e à vontade expressa do povo; terminaram fantasias passadas e manobras tendentes a deslocar-nos do nosso normal contexto de civilização: a Europa.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Se assim pensarmos, se assim entendermos a estrutura constitucional existente e as linhas de convergência nacional que devem passar necessária e primariamente pelos dois órgãos representativos por excelência — esta Assembleia, com os partidos que a constituem, e o Presidente da República — e depois pelos órgãos que destes derivam a sua legitimidade democrática, então estaremos a dar a este debate o seu verdadeiro sentido nacional e saberemos extrair dele o proveito que, para defesa da democracia e clarificação do modelo da recuperação económica nacional, deve tirar-se. Ao contrário, se confundirmos oposição democrática com desestabilização, se entendermos que os partidos criticam durante os períodos eleitorais e depois podem deixar de interpretar os sentimentos dos que neles confiaram, entregando-se aos mais estranhos jogos malabares ...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — ... se confundirmos a estabilidade governamental com a teimosia nos caminhos errados e identificarmos a defesa da democracia com o seguidismo acrítico, então estaremos prestando maus serviços à democracia e ao País.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós, os sociais-democratas, temos, desde a investidura deste Governo, mantido uma linha constante de oposição não sistemática, pautada, acima de tudo, pelos interesses do povo português e pelos desejos e aspirações daqueles que em nós confiaram.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Temos sabido dizer, consoante as circunstâncias «assim sim» ou «assim não» às medidas tomadas e ao sentido da acção do Governo; nunca dissemos agora sim a tudo, antes não a tudo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E, reclamando-nos de um programa e de alternativas diversas das do Governo, temo-lo apoiado sempre que o que faz se nos não afigura prejudicial para o povo português. A essa luz actuaremos também neste debate.

Mas a razão de ser desta interpelação não se esgota ainda aqui. À parte um discurso televisionado do Sr. Primeiro-Ministro e algumas declarações de membros do Governo responsáveis, não houve discussão institucional do programa de austeridade aprovado em 25 de Fevereiro. Ora, esta é imprescindível para lhe dar autoridade democrática, pois a comunicação directa entre governantes e governados não dispensa o diálogo democrático, que tem no Parlamento um lugar privilegiado e não pode ser substituído pela propaganda.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — E só esse diálogo, e o possível aparecimento de um consenso maioritário, lhe conferirá legitimidade democrática, força de persuasão social e adesão colectiva, sem o que o programa de austeridade será uma pena imposta, mas não um sacrifício consentido, será causa de revolta, insatisfação ou desmotivação dos trabalhadores e da população portuguesa, em vez do começo, que se pretende, da mobilização de todos nós para o trabalho, o esforço e a produtividade. Por outro lado, foi anunciado um programa de austeridade, ou pelo menos um conjunto de medidas integradas com tal sentido e objectivo. Ora, ainda hoje não tem o País conhecimento do seu conteúdo completo. Basta recordar que, de oito propostas apresentadas à Assembleia da República ainda não foi possível apreciar três, porque até há momentos se desconhecia o conteúdo de três dos decretos-leis do Governo que as condicionam. E muito menos foi adequadamente esclarecido perante o povo o porquê e o como de muitas destas medidas. É isto que aqui viemos pedir ao Governo, a par da revelação integral do que falta tornar público. Pois, sem

isso, haverá resistência às medidas tomadas, que obrigam ao sacrifício esclarecido e consciente, e então elas não teriam êxito, comprometendo a democracia e o bem-estar, presente ou futuro, dos Portugueses. O problema da política económica é hoje, mais do que nunca, o problema número um da nossa democracia.

Num país que longos anos viveu de mitos monetários e financeiros, o modo como foi apresentado o problema da desvalorização parece-nos pouco feliz. Ao pronunciar-nos pela desvalorização sempre tivemos em conta que não era patriótico, na situação portuguesa, pôr em dúvida a confiança externa na moeda nacional. Sabemos que a desvalorização há pouco feita é causa de grandes sacrifícios para os Portugueses e foi imposta pela acomodação a uma catastrófica situação de desequilíbrio do comércio externo. Mas, se partilhamos algumas das dúvidas que muitas vezes o Governo teve quanto à conveniência e oportunidade dessa medida e se entendemos que a passagem da desvalorização deslizante para uma desvalorização brusca, porventura de maior montante, melhor poderia ter ocorrido no passado (talvez em Agosto) com algumas outras das medidas agora tomadas, aceitamos o reajustamento agora feito da paridade do escudo. Outro remédio não havia neste momento, face à deterioração cambial, ao agravamento do défice da balança de pagamentos e à especulação. Por isso mesmo, e porque se criou em Portugal, tanto sob a ditadura de direita como em períodos conturbados da Revolução, a ideia de que a desvalorização seria como que um atentado contra a moeda nacional, entendemos que cumpre desdramatizá-la. Ora, a forma como o Governo conduzi todo o assunto ajudou afinal a manter o culto idolátrico da moeda forte e a não considerar aquilo que nem mais nem menos a desvalorização é: uma, como as outras medidas de restrição — importante mais pelo encarecimento de preços que provoca e pela situação de que deriva do que pelo sacrílego atentado à ortodoxia monetária que representaria. A desvalorização é um dos aspectos de um programa de austeridade e uma consequência do desequilíbrio externo da economia. Só isso e nada mais. Interessamo-nos mais o conjunto de medidas em que o problema se insere, para avaliarmos em que consiste, e se é errado ou está certo.

Temos confiança em que o reajustamento da paridade do escudo e o novo sistema de fixação das cotações garantirão de futuro a estabilidade que no caso do escudo é bem de desejar. Mas gostaríamos de saber se para isso o Governo considerou suficiente o presente ajustamento, ou se reduziu o montante da desvalorização necessária para defender o poder de compra dos consumidores e competitividade das indústrias que laboram com matérias-primas de origem estrangeira (sem falar agora da energia importada); como gostaríamos de conhecer as medidas complementares que o Governo tomou para lutar contra a especulação cambial.

O conjunto de medidas agora tomado visa mais, em nosso entender, a austeridade do que o relançamento ou a recuperação da economia. De novo, como sucede um pouco por todo o mundo, se nos anuncia um programa de austeridade, de cuja necessidade ninguém de recta intenção duvidará na crise económica em que nos encontramos. O nosso apoio

de princípio às medidas de austeridade e seus critérios ficou expresso, por exemplo, na declaração que eu próprio aqui fiz em Dezembro: «Somos pela austeridade, mas rejeitá-la-emos sempre que agravar as injustiças, quando não se enquadrar num planeamento global e coerente tendente a vencer a crise, se for tomada como um fim em si mesma ou quando for apenas uma maneira de expandir o consumo público à custa do consumo privado.»

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — «Só aceitaremos, em suma, a austeridade como um meio ao serviço da expansão e da justiça social.» Justifica-se esta austeridade? E corresponde ela aos critérios enunciados? Vamos a ver.

Desde a revolução de Abril, ocorrida em pleno impacte da crise do petróleo, todos os governos falaram mais ou menos de austeridade. Todos incitaram à produção e à produtividade. Todos tomaram mais medidas restritivas do que estimulantes. O PSD sempre reclamou prioridade para as medidas de relançamento, mas não passou de voz isolada clamando no deserto. Sempre dissemos também que quanto mais tarde viesse a austeridade pior seria. Tarde veio. Não admira que haja de ser rigorosa e se anuncie para um período longo. Só não entendemos por que motivo — à parte alguns aumentos de preços que foram sendo decretados e alguns agravamentos de impostos — também este Governo esperou sem se apressar, de Julho até Fevereiro, para só agora tornar o que chamou um primeiro «pacote» coerente de medidas. Conjunto este que suscita desde logo alguns comentários. Primeiro, que ele não é um verdadeiro programa ou plano. Sem embargo da coerência global que se lhe não pode recusar, seria necessário que contivesse mais medidas programadas — foi o que fizeram outros países europeus, com datas e fases muito precisas — e que fosse anunciado como um conjunto coerente, apto a orientar o comportamento dos agentes económicos num período razoável, em vez de uma salada de cinquenta medidas. Segundo: ainda que o fosse, entre este «plano» realista e o plano optimista, nos seus pressupostos e nas próprias medidas, que o PSD recusou votar em Dezembro medeiam, no tempo, dois meses, mas há, na concepção, independentemente da coincidência de aspectos de pormenor, toda a distância entre duas visões opostas da situação económica. Será então o Plano para 1977 mais um daqueles planos para meter na gaveta a que em Portugal estamos tão habituados? Teve ele afinal em conta a economia portuguesa tal como é, ou uma economia sonhada, optimista, desejada, quase lunar? Vemos nisto apenas a confirmação das nossas críticas à inadequação do Plano para 1977 e a justificação dos motivos por que rejeitámos o seu conteúdo. Mas como explica o Governo que aderindo afinal hoje à tese, que nós então propusemos, de um programa de emergência, e aderindo à análise, que chamou pessimista, que fazíamos da nossa economia, venha fazer o contrário do que encarava, com excessivo optimismo, em Dezembro, e se veja forçado a caracterizar a situação económica ao invés do que então disse? Mudou tanto Portugal nestes dois meses?

Passemos, porém, adiante. A situação é esta, e é grave, como sempre temos dito. Não culparemos só

este Governo ou o Partido Socialista de ter criado a ruína à qual tem de fazer face com dura medicação, mas apenas de ter tardado em aplicá-la. Sabemos que a presente situação resulta fundamentalmente da debilidade tradicional da nossa economia, da crise mundial, da descolonização e mesmo do processo revolucionário, agravados — no campo económico-social como no político — pelos erros da política seguida nos quase cinquenta anos de ditadura conservadora.

O dirigismo e o protecçãoismo não serviram para impulsionar o desenvolvimento e o progresso, mas para proteger a conservação da estrutura social existente; impuseram-nos o culto das finanças sãs à custa da economia doente, e da moeda forte numa economia fraca; sacrificou-se o desenvolvimento à estabilidade financeira; institucionalizou-se a injustiça no sistema social, sacrificaram-se os trabalhadores a um reduzido número de privilegiados e as pequenas e médias empresas aos grandes grupos; abriu-se a porta à especulação financeira e aos interesses dos grandes agricultores do Sul, em vez de criar novas aplicações dinâmicas aos fundos internos e externos que a ortodoxia financeira tornava disponíveis e de favorecer os pequenos e médios industriais e agricultores.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Ai de nós se não soubermos ser mais competentes em democracia, e deixarmos reabilitar-se por contraste um modelo social que é das principais causas da situação em que estamos, e cujos defensores não têm qualquer legitimidade para criticar o estado a que chegámos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Tão-pouco a têm, porém, os defensores do gonçalvismo. A demagogia do seu assalto ao Poder e a sua tentativa de mudança imposta do sistema social, são, também, gravemente responsáveis pela situação a que chegámos. A caça aos empresários, as ocupações violentas e o esforço para, por toda a forma, inviabilizar as empresas privadas e lhes quebrar a produtividade; as tentativas de manipular trabalhadores e de tornar inviável qualquer sistema de livre contratação colectiva, substituído pela imposição do Ministério do Trabalho; a irresponsável gestão do crédito agrícola e a gestão partidária de empresas nacionalizadas ou intervencionadas, que deformaram de raiz processos como as nacionalizações ou a Reforma Agrária, cuja necessidade, correctamente entendida, era evidente em Portugal; a gestão irresponsável do sistema cambial e de crédito, que conduziu à fuga dos depósitos, ao rápido esgotamento das reservas de divisas e à criação de terríveis precedentes de oneração da reserva-ouro, sob o IV Governo Provisório; a manipulação de alguns trabalhadores das cidades e do Sul, oscilando entre modelos de dirigismo improdutivo e a anarquia na empresa; a demagogia que desautorizou e desmotivou, psicológica e materialmente, os quadros técnicos e dirigentes, provocando o seu êxodo para fora, e até dentro do País; a destruição de capital financeiro existente e a geração de intensas evasões de capitais; a criação de fossos entre trabalhadores privilegiados e a grande massa dos desfavorecidos; a celebração de contratos ruinosos

de comércio e serviços com o exterior; o afugentar das remessas de emigrantes e dos turistas; a insegurança política económica e social que provocou o frenesim do consumo a todo o custo e a retracção do aforro e da poupança — este o panorama económico do gonçalvismo.

**Vozes do PSD:** — Muitom bem!

**O Orador:** — É a factura do gonçalvismo, várias vezes anunciada, que hoje começamos a pagar. Não o esqueçamos, ao julgar os sacrifícios que, com justiça, por todos devem ser repartidos em função das suas possibilidades. Enfim, seguiu-se, logo após a revolução e durante o VI Governo Provisório, uma política, por todos devem ser repartidos em função das mesmo a rejeitar a austeridade. Tentou-se restabelecer a confiança sem sacrifícios nem medidas de fundo, tentou-se manter as facilidades anteriores por respeito pela provisoriação do Governo ou por motivos eleitorais. Não se viu que, assim, nem se conseguia inspirar confiança — pois os agentes económicos intuem bem em que situação se encontra a economia —, nem se lograva começar a recuperação. Ao criticar a política — ou a sua falta — do Governo Constitucional, o PSD quis também dizer isto: que ele continuava com a indecisão e a passividade próprias de certas áreas dos Governos Provisórios, às vezes agravadas por uma indefinição ainda maior de rumo e de rota do que a corrente em alguns destes Governos. Ora, competia-lhe — já que invocava homogeneidade, coerência, um programa claro — ser mais definido e determinado, menos hesitante e ineficaz. O «25 de Fevereiro» mudou o panorama desta política económica? É o que vamos ver.

As medidas de austeridade integradas neste programa de emergência têm fundamentalmente em vista dois objectivos urgentes: reduzir o défice dos pagamentos externos e assegurar o seu financiamento; diminuir o consumo interno e aumentar o aforro. Hoje mais do que ontem, a redução do défice da balança de pagamentos tem de constituir um objectivo prioritário e urgente da política económica portuguesa. Se com um défice da balança comercial de cerca de 50 milhões de contos a balança de pagamentos acusava em 1974 um défice de 16 milhões de contos, se este défice subia em 1975 a 27 milhões de contos, a situação de 1976 foi arrepiante: os dados do INE demonstraram um défice comercial de 73 milhões de contos, o que excede os valores do Plano e elevará o défice global de pagamentos muito acima dos magros 28 milhões de contos previstos.

**O Sr. Simões de Aguiar (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta situação catastrófica — proporcionalmente superior à da Inglaterra e da Itália — parece estar em vias de mudar, pois os princípios deste ano apresentam valores idênticos aos de 1976. Comprova-se, por um lado, a ineficácia dos controlos rígidos — instituídos já no ano passado, e que, não havendo confiança, pouco ou nada restringem — e, por outro, a prioridade do vector exportação, que decresceu quase 15 % de 1974 para 1975, atingindo em 1976 um valor ainda inferior ao de 1974, enquanto as importações só num ano cresceram 31 %.

A cobertura das importações pelas exportações desceu, assim, de cerca de 60 % em 1973 para cerca de 40 % em 1976, o que bem demonstra como a nossa economia deixou de ser eficiente, competitiva e produtiva!

Sabe-se que há três caminhos — e só três — para diminuir o défice da balança comercial: reduzir as importações, substituir as importações ou fomentar as exportações. O primeiro é o mais imediato, mas tem âmbito e alcance restrito: em Portugal apenas 5 % a 8 % das importações poderiam ser consideradas supérfluas. Os outros dois caminhos são mais lentos, porque essencialmente dependentes de medidas de estrutura; mas só neles reside a solução duradoura, conquanto a prazo, do problema de fundo.

O conjunto de medidas agora publicadas permite concluir que o Governo continua adverso a uma política comercial agressiva e expansionista e joga, mais uma vez, na defensiva. Cria-se assim um regime de quotas de importação (contingentes) para alguns bens de consumo e sujeitam-se à sobretaxa de 60 % outras mercadorias. Ambas as medidas se enquadram numa política de contenção de importações. Não somos contrários, na situação presente, à restrição da importação de determinados bens que, depois de uma análise ponderada, se possam classificar como de luxo ou supérfluos. Mas não acreditamos que só por si estas medidas possam conduzir a uma melhoria sensível da balança comercial, e muito menos tal como estão concebidas. Isto, por três motivos: A sobretaxa atinge bens que cobriam, em valores de 1974, um volume de comércio de cerca de 2 milhões de contos; os contingentes cortam importações que, no mesmo ano, subiram a outros dois milhões de contos, números redondos. Mesmo que estes valores, por absurdo, houvessem duplicado e assumissem um carácter integral, o seu volume continua a ser insignificante. Por outro lado, não podemos restringir excessivamente a importação de bens alimentares e agrícolas de consumo; nem podemos ter um desenvolvimento industrial sem importação de equipamentos, matérias-primas e energia. Não esqueçamos ainda as obrigações assumidas por Portugal neste domínio. A consequência desta política, mesmo no estádio actual, é a escassez de bens e a irregularidade do abastecimento — com a fácil resposta do contrabando, do mercado negro, do acombarcamento, da especulação e do desenvolvimento de sectores paralelos da economia. Quem negará que eles já aí estão? Em terceiro lugar, a tendência pouco expansiva da exportação faz diluir no saldo da balança comercial os efeitos positivos das medidas de restrição agora adoptadas; em modificar essa tendência da exportação é que reside, afinal, todo o problema.

Para encerrar este ponto, formulamos ainda algumas interrogações: que proveito tem o Governo tirado do sistema generalizado de preferências? Que negociações ou acordos encetou ou concluiu nesse domínio?

Quais os critérios seguidos na escolha dos produtos sujeitos a contingentes e a sobretaxa? E quais os critérios de distribuição dos contingentes?

Ao Governo devemos perguntar ainda como pensa financiar o défice global dos pagamentos externos. E que, sendo impossível restringir significativamente a importação e reanimar de imediato os invisíveis,

as contas aí estão e são fáceis de fazer. É sabido que são reduzidas as reservas de cambiais, que os acordos celebrados — aliás, com prazo de vigência curto — não asseguram dotações mensais suficientes e que o défice cambial mensal ronda os 3 milhões de contos. Não significa isto que será forçoso vender ouro para financiar o défice? Ou que outras fontes temos e que outra programação encaramos?

O caminho positivo para resolver a grave situação dos nossos pagamentos externos reside, além de restrições ao que for supérfluo, no incremento acelerado das exportações. Dissemos, já em Agosto, que o Programa do Governo nos parecia nos sectores exportadores — indústria e comércio de exportação e turismo — singularmente vago e insuficiente. Temos, é certo, instrumentos jurídicos adequados, ou pelo menos suficientes, agora completados com uma série de incentivos fiscais que funcionarão tanto melhor quanto maior automatismo e menor incerteza apresentarem. E é de admitir que a desvalorização possa, ao menos a curto prazo e na medida em que a alta de custo e de preços internos não exceder o seu montante, tornar um pouco mais competitivos os nossos serviços e produtos no mercado externo.

Mas subsistem os problemas de fundo: as deficiências do crédito e do seguro de exportação, o elevado custo dos fretes, o empecilho resultante do privilégio de bandeira e de outros privilégios que enxameiam a nossa política de transportes, a deficiência e elevado custo de utilização das estruturas portuárias, a burocracia paralisante, o insuficiente apoio fiscal e de crédito, a falta de linhas orientadoras do fomento da exportação e de infra-estruturas de apoio comercial, técnicas e de prospecção à exportação — estes alguns pontos que o Governo tem na sua frente. Para não falar agora da falta de uma política adequada de turismo, sem a qual não se reequilibrarão, a curto prazo, os pagamentos externos. E para mencionar apenas de passagem o problema da substituição de importações, objecto do trabalho de um grupo já constituído, por cujos resultados concretos se pode já perguntar: que acções, produtos ou sectores específicos estão previstos a curto prazo, a fim de substituir importações, ou já se encontram em execução?

Entendemos que, logo depois de ser um plano de emprego e de justiça social, o próximo Plano deverá ser um programa de estímulo à exportação e substituição de importações. Se neste momento não existem já ideias concretas acerca dos efeitos destas medidas conjunturais sobre a exportação, cujos custos de novo aumentaram, e sobre as acções estruturais a empreender ou em curso, mau sinal será.

Estamos certos de que o Governo tem ideias concretas e acções pragmáticas neste domínio. Desejámos ouvi-las.

O segundo grande objectivo deste lote de medidas é a restrição do consumo privado e o estímulo consequente da poupança. Para isso se recorreu fundamentalmente, além das restrições de importações, do aumento das taxas de juro, da desvalorização, a um conjunto típico e quase clássico de medidas: agravamento do imposto de transacções, tanto através da revisão das tabelas de código como pelo adicional de 20 %, e aumento de preços e tarifas, o qual também é um modo de viabilizar financeiramente

as empresas, adaptando os seus proveitos às recentes altas de custo provocadas quer pela subida de preços internacionais quer pela própria desvalorização.

Tudo isto tem um nome: alta de preços, alta do custo de vida, inflação; pois é tão generalizado e tem lugar no consumo nacional ou nos custos de produção o conjunto dos bens cujo preço subiu, que o nosso processo inflacionista, já à beira dos 30% e com tendência para aumentar, sofrerá com todas estas medidas novo e inquietante impulso. Seria fácil e demagógico criticar o modo, o conteúdo das providências tomadas no seu reflexo sobre os preços. Em alguns casos, não se teve em causa devidamente a específica incidência regional dos aumentos. Basta recordar, entre outros exemplos relativos às Regiões Autónomas, o tratamento dado aos frutos da Madeira; basta lembrar o caso das tarifas de electricidade do Porto, para mostrar a falta de atenção às circunstâncias locais de certas medidas. Em outros casos esqueceu-se que, se é correcto restringir subsídios e adaptar os preços aos custos, não é menos certo que altas de preços brutais e bruscas, por vezes superiores a 100%, só podem distorcer a procura, dar profundo impulso ao processo inflacionista e deteriorar sensivelmente a situação dos consumidores. Em tudo, aliás, notamos diversos defeitos comuns.

Não foi ouvido o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, nem de qualquer outra forma o foram os consumidores. Ora, não se concebem altas de preços tão elevadas se não forem minimamente enquadradas numa política de rendimentos e preços, ou pelo menos num esboço de concertação relativa aos preços e aos rendimentos. Qual é ela? Se não existe, a que critérios obedeceram as altas de preços?

Como compatibiliza o Governo tais elevações de preços com a defesa do poder de compra das classes mais desfavorecidas e em especial com as restrições das elevações salariais a cerca de metade da taxa de inflação previsível no ano em curso?

A que critérios e estudos obedeceu a fixação dos bens incluídos no «cabaz de compras»? E a que critérios obedecerá o financiamento dos subsídios a que ele dará origem? Qual o motivo por que, também sobre a versão definitiva desta medida, em si louvável, não foi ouvido o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços?

Sabemos bem que seria irrealista e demagógico estender desmedidamente o leque dos produtos incluídos no «cabaz», como não ignoramos que a nossa máquina administrativa não consente hoje outro sistema que não seja o do subsídio indiscriminado. Mas gostaríamos de saber se o Governo tomou garantias para evitar que, por via dos subsídios, sejam os contribuintes médios a subsidiar bens consumidos em maior quantidade por pessoas com rendimentos superiores aos seus. Ou, para pôr o problema de outra forma: tem o Governo números que permitem confiar em que os subsídios ao «cabaz de compras», indo, como vão, aumentar os preços reais, não constituam uma forma de fazer uma redistribuição ao contrário que vá favorecer os mais ricos, que são os que mais consomem?

Enfim, dadas as críticas pontuais que podem fazer-se ao conteúdo do «cabaz», como encara o Governo

a sua revisão, se é que a encara, e a participação de consumidores e produtores nessa revisão?

Por outro lado, importa acentuar que as medidas fiscais tomadas também merecem algumas críticas. Quer a revisão das tabelas do imposto de transacções quer o adicional de 20% mereceram a nossa reprovação, isolados, quando da respectiva autorização legislativa constante da lei do Orçamento. Não estamos arrependidos por a ter dado, pois, por um lado, as altas de preços imediatamente resultantes de tais medidas, se indiscriminadas, como o foram, afiguraram-se-nos gravemente lesivas, quer da situação da generalidade dos consumidores de médio e baixo rendimento quer da intenção de travar um processo inflacionista cujos riscos estão bem à vista.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É lícito, e a concluir, quanto a estas medidas, perguntar se o Governo se não verá obrigado, neste domínio como em outros, a combater a inflação e a estimular a actividade económica, no futuro, através de reduções selectivas de alguns dos impostos que aumentou agora, talvez mais por motivos fiscais do que por motivos de política económica. Apostaríamos que sim. E também apostaríamos que melhor fora fazer agravamentos selectivos neste momento, em vez de ir aumentar ainda mais a bola de neve inflacionista que este «pacote» de medidas corre o risco de ser.

O novo regime dos preços, constante do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, de 28 de Fevereiro, também nos merece observações. Sempre defendemos a revisão do regime legal em vigor, sempre criticámos o abuso desse regime para restringir as receitas e inviabilizar as empresas, sempre entendemos que era necessário adequar sectorialmente, quer as fixações de preços quer a determinação das margens de comercialização. No entanto, ficamos um pouco perplexos perante o liberalismo evidente da nova regulamentação dos preços. Que a Administração venha fazer face a uma previsível avalanche de pedidos, restringindo as zonas de controlo e aumentando o controlo a posteriori, parece-nos que pode ser perigoso, sobretudo se o leque das medidas tomadas é já de per si globalmente inflacionista.

Por outro lado, entendemos que seria importante, enquanto esperamos o prometido «código dos preços», que se definissem desde já quais as regras que o Governo entender seguir em matéria de controlo de preços. Será que se pretende pôr de lado uma experiência positiva, que de há muitos anos temos, de controlo de preços? Pode ser que não, se as medidas complementares e as dúvidas que existem quanto à interpretação da recente legislação forem resolvidas. Pode acontecer, porém, que, por deficiência de estrutura administrativa ou por aplicação do novo regime, tal como na primeira leitura ele parece dever ser aplicado, o controlo de preços tenha visto muito reduzido o seu âmbito apenas aos produtos incluídos no «cabaz de compras» e com preços máximos, e porventura, mesmo em relação a estes, com algumas dúvidas de eficácia prática. Se assim acontecer, as distorções aumentarão, as previsões dos agentes económicos alimentarão o processo inflacionista, e, não nos iludamos, não é com a fiscalização e com a

aplicação de penas que o problema poderá ser resolvido.

Outras dúvidas teríamos em matéria de preços, mas a pergunta fundamental fica feita. Qual a filosofia do Governo a este respeito? Qual o papel que o Governo atribui afinal a um regime de controlo de preços, expurgado que seja dos vícios da burocracia e dos abusos do gonçalvismo? Que regras definirá para evitar a alta geral de preços e o agravamento das distorções? Aceita ou rejeita regimes de contratação sectorial de preços ou de faixas de tolerância?

Para além da previsão, fácil de fazer, de que as medidas de austeridade tomadas podem desencadear um processo inflacionista, duas perguntas devemos formular. A primeira é esta: que a política imediata de carácter anti-inflacionista tem o Governo preparada, ou já em execução, a fim de evitar uma alta imoderada de preços? Fica feita a pergunta, pois os efeitos evidentes do aumento de preços que de todas estas medidas resultam não sofrem contestação. A segunda pergunta é claramente esta: austeridade não é algo que se aplique apenas ao sector privado, tem de se aplicar também ao sector público.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Que medidas de austeridade orçamental, que medidas tendentes a controlar a eficiência dos gastos públicos e a impor o respeito rigoroso das regras financeiras, propõe o Governo, desde já ou proximamente, a fim de que a austeridade abranja todos por igual, e não apenas os consumidores e os trabalhadores?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Finalmente, a austeridade é, e deve sê-lo, um meio ao serviço do relançamento e da expansão. Muitas das medidas tomadas se orientam nesse sentido e, devemos dizê-lo, sem estar a perder tempo mencionando-as especificamente: de uma forma geral, as providências tendentes a viabilizar as unidades de produção, públicas ou privadas, a criar novas formas de mobilização de poupanças e a permitir a normalização dos mercados financeiros, parecem-nos adequadas desde que sejam completadas com outras que logicamente nelas estão contidas. Temos dúvidas muito fundadas quanto à elevação das taxas de juro, pois entendemos que no caso português elas não determinarão significativamente a formação de poupança, nem melhorarão as condições de mobilização, mas, pelo contrário, um efeito certo terão: vão agravar os encargos financeiros das empresas e dissuadir o investimento nas unidades de produção, cujos capitais próprios são muito insuficientes e que não podem recorrer facilmente ao mercado financeiro. O tempo demonstrará, até ao final do ano, se esta medida provocou um aumento do afluxo de depósitos aos sistemas de crédito, se provocou um aumento real da poupança, ou, muito pelo contrário, se veio afinal agravar a vida das empresas sem melhorar a situação global de financiamento da economia. No entanto, dentro do princípio, várias vezes por nós repetido, de que a austeridade deve ser entendida ao serviço do relançamento e da expansão, uma per-

gunta fica: que atitude tomar quanto às medidas orientadas para o relançamento?

Diremos que no essencial elas são correctas, mas não bastantes. São correctas, na medida em que pretendem corrigir a situação de desequilíbrio no financiamento das unidades produtivas, na medida em que pretendem criar expectativas positivas, confiança e segurança nos empresários. E são correctas ainda na medida em que contribuem para uma delimitação e definição mais precisa do sistema económico, no sentido de que, tal como interpretamos a Constituição, existe em Portugal um sistema económico de tipo ocidental, embora com um duplo sector —público e privado— e um sector cooperativo extremamente importante em termos de definição futura do modelo social, mas não são suficientes.

Entendemos, por um lado, que é urgente, sobre tudo depois do novo desequilíbrio introduzido pela política de preços, definir regras de jogo quanto à conjugação do crescimento dos preços e dos vários tipos de rendimentos. Isso é uma imposição, quer da estabilidade política e económica quer da justiça social. Entendemos, por outro lado, que é urgente definir regras de jogo quanto ao estatuto da iniciativa privada. Propomos a definição de um estatuto do investidor que, sem discriminações positivas ou negativas, venha com o tempo a incorporar aquilo que com todos os seus defeitos é o nosso Código do Investimento Estrangeiro muito terceiro-mundista, mas nada europeu no seu conteúdo real.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Entendemos, por outro lado, que as exigências do modelo europeu nos obrigarão a definir claramente os quadros de reestruturação do sector público produtivo e uma política deliberada de apoio às pequenas e médias empresas.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Embora algumas medidas pontuais existam neste lote, num sentido ou no outro, mas sem que no seu conjunto se defina qual vai ser o modelo e a função do nosso sector público produtivo, qual vai ser a forma como vamos adaptar à implacável concorrência europeia as pequenas e médias empresas de que dispomos, não poderemos confiar em que a expansão se dê. Porque esta exige confiança psicológica, mas exige também condições reais para que as empresas actuem.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Essas condições reais obrigam, por outro lado ainda, à definição de todo um esquema de apoios: contratos de programa, de desenvolvimento e de execução do Plano; reformulação da política de incentivos fiscais, e o acesso ao crédito e a outros benefícios sem quaisquer discriminações relativamente ao sector público. Sem isso, cremos que a política de relançamento económico não está completa, e o sentido da austeridade será positivo, mas só parcialmente. Por outro lado ainda, e para concluir, continuamos a não ver como se vai prosseguir concretamente —embora possamos esperar pelo plano a médio prazo para resolver esta dúvida, que é do

quotidiano do povo português — o objectivo do pleno emprego (vemos cada dia o desemprego a aumentar e os meios a limitarem-se), o objectivo da contenção da inflação e a satisfação das necessidades básicas da população.

No entanto, o sentido geral desta afirmação é um «sim», um «não» ou um «talvez»? Diria que é um «sim», embora completado de um «mas» e de um «se». Algumas das dúvidas que expusemos e das críticas que fizemos carecerão de correcto esclarecimento ou justificárem, estamos certos, a correção das medidas tomadas. O «se» é a sujeição dessas medidas ao grande objectivo do relançamento económico, da expansão e da justiça social para todos os portugueses.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Estamos certos de que, sem uma ideia clara dos objectivos prosseguidos e sem força suficiente para os demandar, não há política de reanimação e de reconstrução que triunfe. A nossa economia está numa situação em que não podemos permitir-nos mais inéxitos e hesitações. Se o Governo souber definir objectivos claros e coerentes, que possam ser partilhados e concertados por uma maioria estável e não por minorias flutuantes, poderá ter êxito neste projecto. Se o Governo conseguir mobilizar a população, em especial os trabalhadores, para recuperar a economia e iniciar assim a caminhada para o desenvolvimento e a justiça, salvar-se-á a economia e a democracia. Para isso contará com os sociais-democratas. Com a independência da nossa exigência crítica, que valoriza e condiciona o apoio que lhes possamos dar, aqui ou além; com o nosso esforço para salvar o País e a democracia. Mas nunca contará com complacências perante a passividade ou a ineficácia, perante erros ou contradições.

O esforço colectivo, que nesta hora é necessário para estar vigilante em defesa da democracia e pronto a lutar pela reconstrução económica e social, só pode assentar em opções claras, no diálogo franco e no pluralismo. Para isso aqui viemos, para isso deixamos estas perguntas que esperam resposta.

*Aplausos do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Peço aos Srs. Deputados que desejam fazer pedidos de esclarecimentos o favor de se inscreverem.

*Pausa.*

Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Deputado Sousa Franco: A certo ponto da sua intervenção disse, citando um discurso seu de Dezembro: «Rejeitaremos austeridade sempre que agravar as injustiças.» Não me parece, contudo, claro o argumento que desenvolveu sobre uma possível resposta a esta questão, o que me leva ao pedido de esclarecimento que lhe quero fazer.

Em primeiro lugar, é ou não verdade que este «pacote» de medidas leva necessariamente ao agravamento das injustiças sociais? Isto porque, nomeadamente através do poder de compra por efeito da

elevação dos preços, se sacrifica necessariamente mais quem mais o tem sido e deixa de sacrificar aqueles que menos o têm sido e mais têm sido beneficiados. Em segundo lugar, é ou não possível uma alternativa para esta austeridade que passe por sacrificar mais aqueles que menos o têm sido ou, se quiser, os que mais têm sido beneficiados com o sacrifício daqueles que têm sido sempre sacrificados?

A terceira pergunta entra na esta última e é uma consequência dela. Apesar da resposta, que me parece em princípio negativa, quanto a esta questão, surpreendi-me um tanto com a parte final da sua intervenção ao responder globalmente a este «pacote» de medidas dizendo um «sim, mas...», e estas reticências pareceram-me deverem ser traduzidas por «mas... é pouco». Como conciliar, portanto, estas duas posições da sua intervenção?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Sousa Franco deseja responder já ou após todos os pedidos de esclarecimento?

**O Sr. Sousa Franco (PSD):** — Prefiro responder depois de todos os pedidos, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem então a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Salgado Zenha.

**O Sr. Salgado Zenha (PS):** — O Sr. Deputado Sousa Franco fez uma análise à balança de pagamentos e parece-me ter receitado para essa doença dois remédios: exportar mais e importar menos ou substituir as importações. No entanto, sendo certo que no ano passado cerca de 80 % do défice total da nossa balança de pagamentos foi constituído por produtos alimentares, acho estranho que o Sr. Deputado Sousa Franco não tivesse dado uma atenção especial, no seu receituário clínico, ao fomento do sector alimentar, à agricultura, à pecuária e às pescas. Teria eu errado ou será o Sr. Deputado que pensa de modo diverso?

**O Sr. Presidente:** — Poderá responder Sr. Deputado Sousa Franco, se assim o entender.

**O Sr. Sousa Franco (PSD):** — Em primeiro lugar, quanto às duas perguntas que me fez o Sr. Deputado Vital Moreira, diria que o critério do agravamento das injustiças pode ser colocado no curto prazo ou no longo prazo. É evidente que nessa perspectiva, por exemplo, podemos dizer que uma política de sacrifícios, como foi a gonçalvista, a curto prazo terá, aparentemente, reduzido injustiças, mas a longo prazo criava condições para as agravar.

*Vozes do PSD:* — Muito bem!

**O Orador:** — Muito pelo contrário, encontramo-nos neste momento perante um tipo de política que, tem de se reconhecer claramente, entra, como sempre acontece com os objectivos de política económica, em alguma contradição com os objectivos de longo prazo da justiça social. Algumas destas medidas, e acentuei-o ao tratar quer do agravamento do imposto de transacções que das medidas tomadas quanto à restrição de importações — para não falar do problema fundamental do controlo dos preços e da redu-

ção do seu âmbito — implicam situações em que perdemos o comando da justiça social. E nesse sentido um dos «mas» que pombos (eu afirmei-o) é que claramente se terá de definir de novo como vamos conjugar política de preços e política de rendimentos. Esse é um forte «mas». No entanto, não há outro caminho que não seja aceitar a curto prazo, fazer sacrifícios um pouco descontrolados, para que a médio prazo, em face de um sistema fiscal que esperamos venha a ser corrigido no Verão e com a definição de um acordo social que permita definir como é que os salários vão crescer ao mesmo ritmo dos preços, tenhamos de novo encontrado a justiça social.

Ora, Sr. Deputado, não há justiça social sem riqueza; e neste momento ainda não foi possível (talvez o Governo pudesse ter feito mas não estava tudo na mão dele) definir quadros que possibilitem o relançamento dentro da justiça desejável. No entanto entre uma justiça na repartição de zero, e uma justiça, embora menor, na repartição de algo que pode aumentar, optaria pelo mal menor.

#### Aplausos do PSD.

Quanto à conclusão do «sim, mas...» e do «sim se...», diria que o sentido é exactamente este: algumas destas medidas (designadamente, a título meramente pessoal, privilegiarei o regime do controlo de preços) parecem-me, se se eternizarem, profundamente injustas e podem ser menos adequadas à recuperação desejada. Desejaríamos, para já, um esclarecimento do critério prático que vai ser seguido na sua execução, e, depois, também um esclarecimento sobre se há a intenção de as completar, de as corrigir e de as orientar num sentido melhor. Quanto ao «sim, se...», o «se» refere-se fundamentalmente à determinação e à capacidade que o Governo tenha de prosseguir o relançamento económico, para o qual a austeridade é um meio.

Enquanto se mantiverem os «se», e o «sim» será forte; enquanto houver os «mas», o «sim» será limitado.

No entanto, neste momento, repito, não cairemos na demagogia fácil de dizer que o Governo podia fazer a mesma justiça social que lhe imporíamos se estivéssemos há dois anos atrás e não se tivesse desperdiçado tanto. É essa, em suma, a razão desta política.

#### Aplausos do PSD.

Quanto ao Sr. Deputado Salgado Zenha, diria que, na realidade, quanto à contagem que fez dos medicamentos que enunciou, ter-se-á enganado, salvo o devido respeito, pois falei de três medicamentos e não de dois: restringir as importações, substituir importações e fomentar exportações. Em relação a esses três medicamentos, também apontei, de novo, uma contradição entre o que se pode fazer desde já (e é pouco), que é estimular a restrição de importações numa zona muito reduzida de toda a nossa faixa de consumo exterior, e o que se deve fazer começando agora, mas com efeitos a prazo, que é substituir importações e estimular exportações.

É evidente que não tenho a mínima dúvida, e disse-o, de que a estrutura das nossas importações é extremamente rígida. A limitação das medidas defensivas, apontei-o, leva -- pelo simples facto de

termos de importar produtos alimentares, matérias-primas, outros produtos agrícolas e produtos energéticos em cerca de 80% — a que quase nada possa ser restringido. E mais uma razão para, em coerência com toda a posição defendida, dizer: jogar à defesa na recuperação económica não serve para nada. Temos de jogar ao ataque. Na recuperação económica não há empates a guardar, há vitórias a ganhar; e se as não ganhamos perdemos.

#### Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao problema fundamental do fomento do sector agrícola e industrial-alimentar e do fomento da agricultura, pecuária e pescas, não o omiti. Acontece que na repartição de trabalho que fizemos, um camarada meu ocupar-se-á desse ponto, mais tarde, numa outra intervenção.

Desculpas-me-á o Sr. Deputado se em 45 minutos não pude definir com clareza uma política para esses três sectores, mas permita-me que diga que em muito mais espaço e em muito mais tempo talvez o Governo ainda o não tenha feito.

#### Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Sousa Gomes.

O Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica (Sousa Gomes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Resolveu o Grupo Parlamentar do PSD interpellar o Governo sobre as medidas económicas recentemente adoptadas, em 25 de Fevereiro.

Não obstante julgar o Governo que sobre essas medidas foram já dadas ao País uma extensa e detalhada informação, é com a maior abertura que o Governo se dispõe a responder a esta interpelação nos termos em que ela acaba de ser formulada pelo PSD nesta Assembleia.

A isso corresponde não apenas o desejo do Governo de respeitar a necessidade de diálogo e de discussão democrática em torno dos grandes problemas da vida política nacional, como ainda a vontade de assim contribuir para um melhor e mais profundo esclarecimento em torno dos graves problemas da economia portuguesa e das medidas e acções que vêm sendo adoptadas.

A interpelação agora feita, o Governo procurará responder de forma clara e precisa. Desde já eu próprio e os meus colegas das Finanças e do Comércio e Turismo tentaremos fazer uma abordagem aos aspectos centrais da matéria em interpelação.

Na sequência do debate e na oportunidade de resposta a novas questões tentaremos apresentar os elementos adicionais julgados úteis ao esclarecimento dos aspectos mais circunstanciais.

O Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção final relevará, além disso, os aspectos políticos centrais ligados ao importante conjunto de medidas que o Governo adoptou.

Importará talvez começar por destacar de novo os grandes grupos de medidas que, na sequência da desvalorização do escudo, o Governo adoptou em 25 de Fevereiro, já que tendo sido publicada no *Diário da República* uma parte dos diplomas respeitantes outra parte está ainda a aguardar publicação,

de forma a destacar a coerência global deste conjunto.

Esse conjunto de cerca de cinquenta medidas, traduzidas em resoluções do Conselho de Ministros, despachos normativos, decretos-leis e propostas de lei já enviadas à Assembleia da República constituem um importante somatório de actuação legislativa que tem uma coerência global perfeitamente perceptível. Para facilitar a sua análise e a sua compreensão, o Governo entregou hoje a cada grupo parlamentar um *dossier* contendo a súmula completa do conjunto de diplomas preparados.

Interessa, entretanto, revelar algumas das medidas integradas em grandes grupos. No conjunto de medidas que respeita a política de preços, pode destacar-se:

Alteraçāo do regime de preços em vigor, assegurando o controlo dos preços dos bens que maior incidência têm nas despesas familiares e mantendo o regime de preços máximos em determinados bens essenciais, incluindo os constantes do «cabaz de produtos»;

A afixação do «cabaz de produtos» essenciais e o respectivo estabelecimento dos preços.

Outro grupo de medidas abrange os incentivos à exportação e as limitações às importações, e nele se podem realçar:

A proposta de lei que prevê várias isenções fiscais para empresas que exportem acima de certos níveis;

A contingência de importação de produtos menos essenciais;

O aumento do número de produtos sujeitos a sobretaxa de importação.

Num outro conjunto ligado à política de crédito, interessará talvez destacar:

A fixação da nova taxa de desconto do Banco de Portugal e o regime para as várias operações de redesconto;

O estabelecimento de limites até aos quais as instituições de crédito podem cobrar juros nas operações activas que efectuarem;

A definição de um regime sobre o crédito ou investimento e sobre a atribuição de subsídios em operações de crédito para saneamento financeiro de empresas em dificuldades;

A alteração das taxas de juro de depósito a prazo e à ordem;

A criação do Fundo de Riscos Cambiais;

O alargamento de crédito de emergência à agricultura e do montante dos avales a conceder pelo IAPMEI.

Um outro conjunto de medidas, ligadas à poupança e de carácter fiscal, contém, por exemplo, medidas de grande importância, como:

A regulamentação do registo das acções ao portador;

A criação e a regulamentação de novas modalidades de rendas vitalícias, incluindo a actualização das rendas em vigor;

A emissão de certificados de aforro, com seguro de vida;

A aprovação de novas listas inseridas no imposto de transacções, com a criação do adicional de 20 % autorizado pela Assembleia da República.

É ainda de relevar a emissão de obrigações para o fomento de investimento público a taxas que são convidativas e as facilidades concedidas aos emigrantes no sentido de melhorar a captação da sua poupança.

No que se refere aos incentivos e à dinamização da actividade produtiva, um sector que importa destacar, foi feita a definição de um regime de indemnização provisória para os titulares de bens nacionalizados ou expropriados e as condições da sua utilização para fins de investimento produtivo e pagamento de dívidas ao Estado.

Outra importante medida são os contratos de viabilização de empresas e novas condições de reavaliação de activos, incluindo a concessão de benefícios fiscais.

A mobilização antecipada de depósitos a prazo e o regime especial em que pode vir a ser utilizada essa mobilização será, sem dúvida, também um aspecto que permitirá incentivar a utilização destes créditos disponíveis.

Embora ligado a medidas de carácter social, importa referir o alargamento do âmbito de atribuição do subsídio de desemprego e a melhoria dos regimes de reforma para os trabalhadores que exerçam a sua actividade em regime independente.

O Governo adoptou também medidas ligadas à clarificação dos problemas das empresas hoje funcionando em regime de autogestão, que por certo permitirão desbloquear diversas dificuldades que hoje são sentidas pelas empresas nesta área.

O Governo pensa ainda adoptar outras medidas que serão anunciadas em tempo oportuno, mas quer-se destacar desde já o projecto de discussão de um acordo tripartido — Governo, sindicatos, empresários — sobre política de rendimentos e estabelecimento de uma norma de salários.

No seu conjunto, as medidas tomadas pelo Governo têm uma coerência e uma filosofia que resultam evidentes de uma mera leitura da sua totalidade. No entanto, haverá que sublinhar que elas se subordinam estritamente aos grandes objectivos do Plano e ao Programa do Governo.

É neste contexto, de resto, que ganhou uma coerência mais profunda, permitindo tal facto afirmar que as medidas de política económica agora tomadas constituem o complemento programado do quadro estrutural apresentado no Plano para 1977.

A prossecução dos grandes objectivos fixados no Plano para 1977 supunha efectivamente a necessidade e a urgência da adopção de medidas como aquelas que foram agora tomadas.

De resto, tais medidas foram, na sua maioria, enumeradas no próprio texto do Plano, designadamente no capítulo VI, dedicado às orientações e medidas de política económica.

A afirmação, que tem sido produzida, de que, embora correctas, as medidas tomadas aparecerem tardivamente, releva também de propriedade.

Na verdade, embora surjam na sequência lógica do Programa do Governo, a sua adopção supunha, necessariamente, a existência de um quadro geral de referência consubstanciado no Plano e no Orçamento para 1977 que foram aprovados em 30 de Dezembro.

Cabe ainda salientar que a preparação da legislação que contém as medidas agora em análise representou um enorme trabalho de preparação e só um esforço muito importante tornou possível a sua aprovação em 25 de Fevereiro último, em complemento da desvalorização do escudo.

O Sr. Ministro das Finanças ocupar-se-á mais de perto do problema da desvalorização do escudo.

Julgo, no entanto, útil desde já, e a nível global da política económica, relevar alguns aspectos ligados com a desvalorização.

Queria, em primeiro lugar, tornar bem claro que nenhum governo, e muito menos este, pode aceitar de ânimo leve realizar uma desvalorização da moeda nacional. São por de mais conhecidos os efeitos negativos que uma desvalorização pode acarretar.

Tratou-se, portanto, de uma decisão que só foi tomada após profunda ponderação e depois de convenientemente avaliados os seus efeitos.

A verdade é que a situação de relações de troca com o exterior atingiu tal distorção que as alternativas de terapêutica possíveis comportavam, elas próprias, custos globais de ordem social, económica e política porventura muito mais elevados do que os decorrentes de uma desvalorização do escudo.

Não quero também deixar de salientar que o Governo não atribui à desvalorização os efeitos de um remédio milagroso que por si só resolvesse o problema da nossa situação económica. Bem ao contrário, temos consciência de que os problemas centrais da economia portuguesa têm um carácter estrutural e que, portanto, são indispensáveis acções bem mais profundas a nível de organização de actividade produtiva interna, da disciplina e organização do trabalho, da correcção de níveis de rendimentos e dos padrões de consumo.

Importa, finalmente, sublinhar que a desvalorização do escudo terá incidências efectivas no quadro macroeconómico programado no Plano para 1977.

Sem sombra de dúvida que o aspecto mais saliente, e neste caso negativo, é o da aceleração da inflação interna, quer através dos efeitos directos quer dos indirectos, que a desvalorização tem sobre a inflação.

O Plano apresentou projecções das variáveis macroeconómicas baseadas num aumento de 15% dos preços implícitos no produto nacional (aproveito para referir que esta indicação, ou seja, o índice de preços ligados ao produto nacional não coincide com o índice de preços no consumidor, o que não legitima algumas das correspondências que de certo modo têm sido feitas nas referências aos 15% implícitos no produto nacional para 1977).

Após a desvalorização, o nível de preços implícitos no cálculo do produto nacional atingirá valores superiores a 20% em 1977.

As metas quantificadas do Plano sofrerão, portanto, o correspondente acerto, em função desse nível de variação dos preços.

Mas a desvalorização em si mesma não impedirá que as grandes metas do Plano possam ser cumpridas.

Assim, o nível de investimentos públicos será mantido em volume de acordo com as metas fixadas e do mesmo modo são favoráveis as condições para que se mantenha o aumento em volume programado para as exportações.

Grande atenção será entretanto dada pelo Governo ao combate à especulação e aos aumentos indevidos nos preços, já que será essa a área sensível na possibilidade de se conseguir controlar a inflação e preparar o estabelecimento de uma política activa de rendimentos.

A estratégia de acção do Governo é global e tem por objectivo vencer a crise.

O Governo não considera, portanto, aceitável a visão dos que querem julgar a sua actividade de forma compartmentada.

Existe uma linha de actuação que de forma contínua e sistemática o Governo vem concretizando, e falo na sequência do seu programa aqui aprovado em Agosto passado e das leis do Plano e do Orçamento aprovadas pela Assembleia da República em Dezembro.

O Governo constitucional aceitou o encargo de tirar o País da grave e difícil situação económica em que se encontra.

A sua estratégia para vencer a crise vem sendo adequadamente aplicada e o Governo julga que no termo do seu mandato poderá apontar um horizonte bem mais brilhante do que aquele que caracteriza a situação que veio encontrar.

A eliminação dos desequilíbrios económicos e a construção de um novo tecido da estrutura produtiva não se decreta, constrói-se, configura-se e estabelece-se ao longo de uma actuação política dinâmica.

A clarificação das regras de jogo da actividade económica está feita, o Governo cumprirá a sua missão de, sem transigências, tornar possível o seu cumprimento. Nessa medida, o sector público e o sector privado terão também de assumir as suas responsabilidades.

O sector público tem um longo caminho a percorrer, no sentido de ganhar a eficiência e o dinamismo que lhe é pedido. O Governo não descurará a necessária atenção a este importante aspecto.

Quanto ao sector privado, e depois das medidas já tomadas pelo Governo, não tem mais razão de ser a evasiva ao desempenho do importante papel que lhe cabe na recuperação económica do País.

A estratégia para sair da crise tem sido claramente apontada pelo Governo e ela será mantida de forma extremamente activa ao longo de 1977, designadamente:

Na redução do nível de consumo interno e no incremento da actividade produtiva e também no lançamento de investimentos produtivos;

No fomento da produção interna em ordem a satisfazer as necessidades básicas da população e no combate ao desemprego, a fim de diminuir a dependência externa;

E ainda, na diminuição, de forma progressiva, das desigualdades na repartição do rendimento.

O Governo não recuará na adopção das medidas que se revelem necessárias para atingir as grandes

metas do seu programa e os objectivos da sua política económica. Não poderá deixar de se tornar assim bem claro que serão tomadas as medidas necessárias ao relançamento da actividade económica e ao estabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos definidos no Plano.

O Governo tomará, pois, uma atitude de grande firmeza no exercício da autoridade que legitimamente detém e os portugueses terão ocasião de verificar por si próprios que uma política de firmeza neste momento poderá proporcionar-lhes, dentro de algum tempo, a resolução das principais dificuldades económicas e o delinejar de um novo horizonte, no qual a realização do projecto de uma sociedade mais justa terá efectiva viabilidade e abrirá também novas perspectivas ao futuro de Portugal no seio das nações europeias, onde poderá e terá de ocupar o lugar a que tem direito.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Ouvimos o Sr. Ministro Sousa Gomes com muita atenção. Há, no entanto, duas áreas na intervenção do Sr. Ministro que gostaríamos de ver melhor explicitadas.

A primeira questão é a seguinte: Diz V. Ex.<sup>a</sup> que os objectivos gerais do Plano e do Orçamento para 1977 se mantêm. Permite-me dizer-lhe que confessamos a nossa perplexidade. Desvaloriza-se o escudo, têm-se dados mais actuais da balança de pagamentos, da balança comercial, há alterações nas taxas de operações activas e passivas, há um conjunto de situações tomadas agora pelo Governo que inevitavelmente vão introduzir diferenças profundas no comportamento dos agentes económicos e na realidade económica para 1977. Nesse âmbito, como é que é possível que o Sr. Ministro Sousa Gomes diga que se mantêm objectivos traçados no Plano e no Orçamento?

A segunda área que o Sr. Ministro abordou reporta-se à declaração de que as medidas tomadas pelo Governo são um complemento inevitável e natural, na óptica do Governo, do quadro global de fundo traçado pelo mesmo Governo e apresentado no Plano. Julgo que esta explicação do Sr. Ministro, a nosso ver, não é correcta, e não é correcta por duas razões: em primeiro lugar, porque o Plano para 1977 não tem suficientes opções de fundo. E não tem suficientes opções de fundo, como o próprio Sr. Ministro reconheceu há pouco, na necessidade, por exemplo, do acordo tripartido a celebrar para o futuro. Portanto, numa situação como essa, que tem de anteceder naturalmente um conjunto de medidas e que se integra numa política de fundo, essas não existiam como não existiam opções nas questões relativas, por exemplo, à delimitação de sectores entre entidades privadas e entidades públicas e em matéria de rendibilidade das empresas. O caso, por exemplo, da actual lei que vem fixar critérios de rendibilidade das empresas públicas é uma opção de fundo que não estava directamente contemplada, em termos precisos e rigorosos no Plano. Portanto, esta primeira área das opções de fundos

não completamente traduzidas e explicitadas no Plano, a nosso ver, são uma dificuldade e um desvio ao pensamento expressado por V. Ex.<sup>a</sup>

Em segundo lugar, medidas como estas, que o Sr. Ministro Sousa Gomes diz que são complemento de opções de fundo, salvo melhor opinião, julgo que acima de tudo são, sim, explicitações de um modelo económico que já estava subentendido na própria Constituição Política e como tal podiam ser traduzidas a partir do momento em que a Constituição entrou em vigor.

Como é sabido, a nossa Constituição impõe um modelo ocidental, um modelo, nos termos que o Sr. Ministro Sousa Gomes referiu, de economia concorrencial. É óbvio que essas questões eram directamente correlacionáveis com essa óptica. Daí o Governo ter podido fazê-las a partir de Julho, mas de facto não as fez.

Gostaria, pois, que o Sr. Ministro Sousa Gomes esclarecesse se continua a pensar da mesma maneira ou se, pelo contrário, não pensa que isso apenas se deve a uma tardia actuação da parte do Governo.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro da Costa, para pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS):** — Queria fazer cinco perguntas ao Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica.

Depois de ouvir o Sr. Deputado Sousa Franco, creio que é lúcido concluir-se que poderá existir alguma polémica, ou pelo menos alguma controvérsia, acerca dos objectivos de política económica conjuntural que em concreto o Governo visa alcançar. Suponho que era útil para a prossecução deste debate que o Sr. Ministro Sousa Gomes nos esclarecesse quais são os objectivos concretos da política económica conjuntural que o Governo visa alcançar através das medidas que resolveu adoptar, nomeadamente se está ou não de acordo com a formulação dada aos objectivos dessas medidas pelo Sr. Deputado Sousa Franco e que me permito citar de memória: a correcção ou o controlo do défice da balança das transacções correntes com o exterior e o controlo dos consumos, designadamente a redução do consumo privado, fazendo uma canalização para a poupança.

A segunda questão refere-se, apesar de me parecer líquida, a quais são os objectivos claros da política económica conjuntural que o Governo visa alcançar. Embora, do nosso lado, haja uma interpretação acerca deles, creio que é pacífico admitir-se que a política do Governo é uma política eminentemente deflacionista. Pensa o Governo que estão garantidas as condições necessárias para uma política de expansão, nomeadamente de reactivação do investimento, em ordem a assegurar níveis mais elevados de emprego ou, se quiser, a assegurar o controlo do desemprego?

A terceira questão é a seguinte: Está ou não o Governo optimista quanto à possibilidade de manter, dentro dos objectivos do Plano e à luz da política económica conjuntural agora determinada, o necessário equilíbrio entre preços e rendimentos? Está o Governo optimista quanto à possibilidade de assegurar esse equilíbrio no que diz respeito à componente dos rendimentos e mais particularmente à

componente dos salários? Ainda dentro deste domínio, queria perguntar ao Sr. Ministro Sousa Gomes que ideias tem o Governo, em concreto, acerca das suas relações próximas com os sindicatos e com as associações patronais em matéria de discussão de política económica conjuntural e de preços e rendimentos. Pensa o Governo em breve encetar o *round* de negociações com sindicatos e associações patronais sobre esta matéria ou pensa que neste momento não estarão criadas condições para o fazer?

Gostaria ainda de saber se o Governo tem consciência de que através destas medidas, nomeadamente através da contingentação das importações e da fixação da sobretaxa de 20% no imposto de transacções, fixou de certo modo um padrão de consumo para os portugueses. Se o Governo tem consciência disso, quais são os critérios fundamentais, em termos de liberdade individual do consumidor, que nortearam a fixação desse padrão?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira, também para pedir esclarecimentos.

**O Sr. Veiga de Oliveira (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica, na sua intervenção, para além de uma classificação dos diversos tipos de medidas, falou em especial na subordinação do conjunto das medidas aos grandes objectivos do Plano e do Programa do Governo. Notou, a propósito da desvalorização do escudo, que se tratava de uma medida extremamente gravosa, que não era remédio milagroso — para nós isto soa a «não é veneno mortal» — e que se tratava mais de obter uma nova disciplina interna, apontando também, como consequência imediata, uma aceleração da inflação. A pergunta é a seguinte: Estando considerada no Plano uma medida que diz, passo a citar, «a manutenção do nível global do consumo privado, em termos reais, de 1976, com salvaguarda da participação do factor trabalho no rendimento nacional e a fiscalização e controlo dos preços e garantias de abastecimento...» — dispenso-me de citar o resto —, pensa o Sr. Ministro que depois das considerações que fez pode garantir que, pelo menos, esta medida é respeitada ou pode manter-se como válida durante todo o ano de 1977 após o conjunto de medidas que o Governo tomou?

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Convido os representantes dos partidos e os responsáveis da Televisão para uma reunião no meu gabinete, pelo que a sessão é interrompida por meia hora.

*Eram 17 horas e 30 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Está reaberta a sessão.

*Eram 18 horas e 35 minutos.*

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Quero apresentar as minhas desculpas à Câmara por esta demora na reabertura da sessão, o que foi motivado pela necessidade de a conferência entre os representantes dos partidos e da Radiotelevisão ser mais demorada do que esperava. Está dada a justificação da demora, o que não impede que eu apresente as minhas desculpas.

Srs. Deputados: É com o mais profundo pesar e a maior indignação que quero comunicar à Assembleia outro facto extremamente grave que acaba de ocorrer. Já não nos bastava a circunstância, que há pouco evoquei do vilíssimo atentado contra a casa dos pais do nosso colega Jaime Gama, mas acabo de ser informado de que houve um atentado bombista contra a residência do Sr. Deputado Feitas do Amaral. Não há dúvidas, Srs. Deputados, de que com tantas bombas juntas quem tem razão somos nós; e nem todos os bombistas deste país juntos conseguirão diminuir a nossa vontade e a nossa decisão de defendermos as liberdades públicas e de cumpriremos rigorosamente a Constituição e o nosso dever até ao fim.

*Aplausos, de pé, da Assembleia e dos membros do Governo.*

A linguagem das bombas só é própria de celerados e marginais da nossa sociedade.

Em nome desta Câmara apresento ao Sr. Deputado Freitas do Amaral e à sua família os meus melhores sentimentos de solidariedade.

Vamos retomar calmamente os nossos trabalhos. Venham as bombas do lado que vierem, nós estaremos no sítio próprio para as apanhar — oxalá que nunca sejamos vítimas delas! Mas fiquem os bombistas a saber que não será com bombas que esta Câmara deixará, repito, de cumprir rigorosamente os seus deveres para com a Nação que a elegeu.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica, para responder às perguntas que lhe foram feitas.

**O Sr. Ministro do Plano e da Coordenação Económica:** — Sr. Presidente e Srs. Deputados: O Sr. Deputado Ângelo Correia quis centrar as suas interrogações basicamente sobre dois aspectos. Numa primeira parte referiu — eu relembo para situar de novo a questão — que desejava saber se, de facto, a minha afirmação de que os objectivos centrais do Plano seriam mantidos e seria compatível com as alterações que, entretanto, circunstâncias várias tinham obrigado a considerar sob outro ponto de vista. Penso que o Sr. Deputado se referia indirectamente à desvalorização do escudo e aos seus efeitos, nomeadamente em termos monetários. Na minha intervenção fui claro ao dizer que os efeitos inflacionistas decorrentes da desvalorização obrigariam a considerar os necessários acertos a nível quantificado, derivado justamente de as previsões feitas para 1977 terem uma base de inflação de 15% no produto nacional bruto, o que efectivamente, com a desvalorização verificada, não é possível manter a esse nível. Estou de acordo com o Sr. Deputado de que haverá expressões numéricas, ao nível das quantificações feitas no Plano, que terão de ser corrigidas. Mas, e isto é importante sublinhar, o Plano não é um fetiche. Não é um novo ídolo ao qual este país tenha de se vincular cegamente e de qualquer forma. O Plano é um instrumento e foi apresentado justamente nessa óptica. De resto, é um instrumento privilegiado, porque permite a discussão democrática e participada e, portanto, os seus pressupostos, as suas conclusões, as suas metas e os seus objectivos podem ser o instrumento privilegiado da construção democrática da nossa sociedade futura.

A nível do Plano, efectivamente, haverá que fazer correcções a nível quantificado, decorrentes da aceleração da desvalorização, mas eu mantendo a afirmação que fiz de que os objectivos centrais do Plano serão mantidos. E isto porque, no meu entender — e convido os Srs. Deputados a ler as grandes opções aprovadas aqui em 31 de Dezembro último —, as grandes opções são de índole qualitativa, embora tenham a apoia-las vários objectivos e várias metas quantitativas. Assim, admito que, por exemplo, o produto interno bruto, estimado para o ano de 1977 em 519 milhões de contos, venha a ter no fim do ano uma expressão numérica mais elevada, ou seja, nós queremos manter a meta de conseguir que em termos de volume o produto aumente 5 %, o que forçosamente se traduzirá num aumento numérico mais substancial do que aquele que está fixado nos valores indicativos do Plano. Do mesmo modo, manteremos a intenção deliberada e firme de que outros objectivos — e falo, por exemplo, no investimento produtivo, nomeadamente no sector público, falo no nível de consumo público privado, falo no nível de exportações — serão considerados objectivos prioritários pelo Governo, que lutará pela sua consagração. A própria Assembleia da República — e queria lembrar também aqui este aspecto — aprovou e deu ao Governo a possibilidade de o Plano para 1977 ser revisto aquando da apresentação do Plano a médio prazo. Portanto, é natural e provável que, pelo menos nesses aspectos numéricos, haja correcções a fazer. Mas, repito, que quanto aos grandes objectivos e às grandes metas consagradas na aprovação feita nesta Assembleia, o Governo mantém a intenção firme de conseguir atingir essas metas.

Por outro lado, desde já avanço que haverá, a nível de pequenas metas, também consagradas no programa, correcções a fazer. Por exemplo, por motivo da desvalorização, os subsídios que o Governo se viu obrigado a conceder à manutenção de preços garantidos no «cabaz de compras» exerceram largamente o volume que nós próprios nos tínhamos imposto como volume de transferência para esse subsídio. Este será um aspecto cuja correcção penso que o Governo terá de pedir desde já.

O Sr. Deputado referiu ainda que o Governo não teria feito opções de fundo na apresentação do Plano e que as medidas agora apresentadas não coincidiram com as opções de fundo que estariam subjacentes no Plano. Mas eu penso que talvez uma leitura atenta do Plano permita mudar essa sua opinião. Efectivamente, o Sr. Deputado referiu, por exemplo, o acordo tripartido de que o Governo fala agora e lembro que no texto do Plano — parágrafo 6.2.5 — esse acordo estava previsto, de resto, na sequência de uma intenção também esboçada no Programa do Governo.

O Sr. Deputado também disse que o Plano não teria considerado a lei da separação do sector público e do sector privado. Penso que isso não era possível, já que a proposta de lei do Governo para a definição do sector público e do sector privado foi entregue na Assembleia da República antes do próprio Plano e, portanto, este teria de considerar positivamente esse facto.

O Sr. Deputado falou, a título de exemplo, no problema de que as medidas de rendibilidade para as empresas públicas igualmente não estariam consagra-

das. Peço-lhe para ver o parágrafo 6.2.3 do Plano, onde estas medidas estavam, efectivamente, previstas.

O Sr. Deputado Amaro da Costa pôs cinco questões à minha consideração, três delas, sobretudo as últimas, têm uma interligação bastante íntima. Em todo o caso, vou tentar responder a cada uma delas.

Sobre o problema da política económica conjuntural, ou seja sobre as propostas implícitas na apreciação feita pelo Sr. Deputado Sousa Franco, o Sr. Deputado Amaro da Costa perguntaria se o Governo pensava ser possível adoptar ou manter as mesmas metas que o Plano previa quanto à correcção da balança de pagamentos com o exterior, redução do consumo privado, etc. Pois bem, quero ser muito claro, e digo-lhe que pensamos que é indispensável que, mesmo no quadro global e estrutural traçado pelo Plano, seja tomado um certo número de medidas conjunturais, e este «pacote» que agora foi adoptado pelo Governo é um primeiro passo. Porventura terão de se seguir outras medidas, já que determinados objectivos, como o da correcção do desequilíbrio da balança de pagamentos, não são considerados pelo Governo meramente conjunturais, mas fez disso um ponto extremamente importante na sua actuação de política económica. Também penso que a redução do consumo privado será um facto. O Plano previa, e o Sr. Deputado Veiga de Oliveira referiu-o, a manutenção do consumo privado, em termos reais, a nível de 1976. É uma meta que em sentido lato pode ser entendida como não impedindo sequer a redução do nível de consumo privado. O Governo pensa que haverá que encarar, efectivamente, a possibilidade de o nível de consumo privado e público decrescer, mesmo em termos reais, ligeiramente em 1977. Essa é, de resto, uma opção que é consentânea com outro grande objectivo, o de privilegiar, de incentivar e de drenar para os investimentos produtivos os recursos disponíveis.

O Sr. Deputado Amaro da Costa disse, e bem, que parte das medidas agora adoptadas podiam ser classificadas como uma política deflacionista. E são-no, efectivamente, a esse nível do consumo público e privado, em especial do consumo privado. Estávamos, e estamos ainda, a viver acima dos recursos da Nação, ou seja, o total da despesa interna é superior ao total da produção interna, ou corre o risco de o ser, se estas medidas, ou outras que tenham de ser adoptadas, não surtirem os efeitos desejados. A esse nível do consumo é possível que a política do Governo possa e deva ser classificada de deflacionista. Mas já a nível de investimento a nossa política é, ao contrário, uma política expansionista e, se os Srs. Deputados tiverem ocasião de ver, parte importante das medidas agora tomadas, que dizem respeito a um estímulo extremamente forte e elevado ao investimento produtivo. São, por um lado, as mobilizações que a proposta de lei que o Governo submete à Assembleia da República, relativa à mobilização das indemnizações provisórias por motivo das nacionalizações, que estão todas elas orientadas no sentido de que seja possível utilizar essas indemnizações no sentido do investimento produtivo, pelo que temos a certeza de que por esse facto haverá um aumento extremamente importante das intenções de investimento, às quais também se podem associar todas as medidas ligadas ao saneamento eco-

nómico e financeiro das empresas que tem subjacente uma política de investimento, de aumento da produção e da obtenção de metas de rendibilidade adequadas.

O Sr. Deputado também perguntou se o Governo está ou não optimista sobre a possibilidade de manter uma política de equilíbrio entre preços e rendimentos, referindo-se implicitamente ao projectado acordo tripartido entre os sindicatos, os empresários e o Governo. Digo-lhe que o Governo não está optimista mas também não está pessimista, considerando que esse acordo é necessário e indispensável para que seja possível assegurar, em termos nacionais, uma estabilidade mínima de recuperação por parte das empresas e ao mesmo tempo assegurar também aos trabalhadores um mínimo de garantias de que toda a austeridade traduzida em aumento de preços não será inelutavelmente em prejuízo das classes mais desfavorecidas. Aproveito a ocasião para dizer, respondendo de certo modo ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira, que — o Governo pensa que honestamente tem de o dizer — embora haja uma política de tentativa de acompanhamento dos rendimentos face ao aumento de custos, será possível que certos estratos da população, tentaremos que não sejam os mais desprotegidos, vejam o seu poder real de compra diminuído porque há ainda um desajustamento nos rendimentos disponíveis no consumo que está a ser efectuado por grandes grupos da população portuguesa, incompatíveis com a possibilidade de restabelecer um determinado número de equilíbrios, nomeadamente os macroeconómicos, a nível global e a nível de transações com o exterior. Mas o acordo é indispensável, por um lado, para dar garantias aos trabalhadores de que um mínimo de cobertura lhes é dado quanto os custos adicionais que a inflação acarretará e, por outro lado, porque as empresas também precisam de saber qual é a estrutura previsível de aumento de encargos que terão de suportar.

O Sr. Presidente: — Chamo a atenção do Sr. Ministro para o tempo da sua intervenção que se está a esgotar.

O Orador: — Obrigado, Sr. Presidente, vou terminar.

O Sr. Deputado Amaro da Costa também falou no problema das garantias e das liberdades individuais, ligado com o aumento do imposto de transacções. Deixarei esta pergunta para o Sr. Ministro das Finanças responder, já que se prede com um problema de política fiscal.

Finalmente, respondendo ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira na parte que ainda não referi, volto a dizer que o Governo mantém a ideia de subordinar às grandes opções do Plano as medidas que agora está a tomar e as que de seguida vai tomar e que, efectivamente, o nível global do consumo privado será mantido em termos constantes ao nível de 1976, o que não significa, apesar de tudo, que não possa diminuir em termos relativos. Isto sem prejuízo de que a componente do trabalho seja mantida na proporção que atingiu já neste momento. É evidente que a fixação do nível de preços no cabaz é também uma das grandes opções do Plano. Há pouco referi, e volto a repetir, que o Governo tomou esse encargo, definiu um

conjunto de bens cujo preço e abastecimento garante durante um ano e isso vai exigir um aumento do volume de transferências, esse será um caso em que, para manter um dos objectivos, tivemos de diferir um pouco a obtenção de outro.

Srs. Deputados: Penso que com isto terei dado um pouco de satisfação às vossas interrogações.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças — (Medina Carreira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começarei por exprimir a minha opinião pessoal de que esta interpelação foi realmente um acto salutar. Concorço com o Sr. Deputado Sousa Franco quando diz que a legitimidade democrática sairá reforçada em face da discussão democrática neste lugar.

O Governo apresentou um conjunto de medidas que reputo de coerente e de corajoso, sem contudo estar convencido de que elas apresentam tudo o que neste momento é necessário e desejável. Por isso mesmo parece-me que a discussão provocada pela interpelação do Grupo Parlamentar do PSD é salutar, no sentido de que as medidas apresentadas pelo Governo poderão eventualmente ser aperfeiçoadas e completadas. Penso também que a intervenção da Assembleia da República neste acto que aqui nos congrega é realmente um serviço que ela, em colaboração com o Governo, vai prestar ao País, sendo mais um serviço que se lhe fica a dever na sequência daquele que nos envolveu na discussão do Programa do Governo e, mais tarde, na discussão e aprovação das leis do Plano e do Orçamento. Creio que temos motivos para nos congratularmos. Também me regozijo por saber que, certamente em nome do seu grupo parlamentar, o Sr. Deputado Sousa Franco concorda com a desvalorização. Disse que a aceitava e que a considerava realmente um acto necessário. Quanto a este ponto, creio, portanto, não haver divergências com o sector interpelante e parece-me que uma análise desapaixonada da situação do nosso país em matéria de trocas externas não poderia apontar para outra solução, sabendo-se que o grande desnível dos ritmos das inflações entre um país e aqueles com os quais mantém mais apertadas relações económicas conduz, tarde ou cedo, a situações em que a desvalorização acaba por se impor, da mesma maneira que um ritmo menor de inflação de um certo país em relação àqueles com os quais mantém mais apertadas relações económicas tarde ou cedo acabará por justificar uma revalorização, como nos casos da Alemanha e da Suíça.

Todavia, creio não estar de acordo com o Sr. Deputado Sousa Franco, quando entendeu qualificar este conjunto de medidas como uma salada de cinquenta medidas. Na realidade, não sei se o Sr. Deputado Sousa Franco é vegetariano, mas creio que não — já almocei com ele e, pelo menos nesse dia, comeu carne.

#### Risos.

Nao vejo assim similitude extrema entre este conjunto de medidas e qualquer tipo de salada, seja ela qual for. É um conjunto de medidas que reputei de coerente e de corajoso, e que irei tentar demonstrar

que o é. Não é preciso grande imaginação para se pensar que realmente é preciso coragem para tomar este conjunto de medidas. Só no que respeita à desvalorização, basta ter presente que 30% dos governos que desvalorizam ou apoiam as desvalorizações não chegam a manter-se no poder mais um ano e que os ministros das finanças que colaboraram com este acto difícil têm três vezes mais probabilidades de sair do Governo do que qualquer outro ministro.

#### Risos.

Portanto, trata-se de um «cabaz» mais um, mas este de coragem e de coerência, como tentarei demonstrar.

Poderíamos agrupar, é a pecha classificativa dos juristas, creio eu, estas medidas em quatro ou cinco grupos: as medidas tendentes à melhoria da situação da balança de pagamentos, as medidas de fomento do investimento, uma política monetária ou creditícia, se assim o quiserem, e as medidas de saneamento financeiro empresarial.

Não me deterei nem me alongarei a referir a desvalorização, tido como é que se tratava de um acto inevitável, mas referirei que para estimular as exportações, como o Sr. Deputado Sousa Franco disse ser realmente necessário, o Governo apresentou um conjunto de medidas cujo grau de eficácia iremos ver qual é, mas que, de qualquer modo, apontava para a facilitação das exportações. Desde logo, a desvalorização de 15% funciona, *grosso modo*, como uma subsídiação geral de 15% às exportações. Mas o Governo não se ficou por aqui e propôs à Assembleia da República a adopção de medidas de carácter fiscal, que, a serem aceites e adoptadas, muito poderão beneficiar as empresas que se dedicam à exportação.

Por outro lado, o Governo adoptou medidas que eu diria desburocratizantes, relativas ao problema do draubaque e ao problema dos processamentos das isenções e das reduções de direitos alfandegários, como também adoptou medidas tendentes a evitar sobrecargas para os exportadores, nomeadamente o custo da fiança bancária, que se recomendou que descesse de 2% para 1% ao ano, e a suspensão da aplicação do regime de emolumentos aduaneiros, que eram de 0,2% sobre as exportações.

Sobre as importações, ninguém duvida, porque os números são evidentes, que as restrições às importações, na margem relativa a produtos, digamos, mais dispensáveis, só por si, mesmo que os eliminemos, com todo o cortejo de dificuldades consequentes de aderirmos a convenções internacionais, e também com as consequências que teriam sobre o volume do emprego interno, mesmo que fechássemos as fronteiras a todo esse tipo de mercadorias, ainda assim a poupança não era grande, como o Sr. Deputado Sousa Franco referiu. Todavia, e isto é fruto da experiência e da reflexão de alguns meses de responsabilidade nesta matéria, a análise da estrutura do nosso comércio externo aponta para que não há nenhuma medida que só por si possa, na realidade, compor a nossa situação do ponto de vista de trocas externas. Temos, realmente, de reduzir quanto possível em tudo aquilo que for redutível, por ser supérfluo, e temos porventura de reduzir tudo aquilo que for susceptível de ser reduzido, mesmo no que é essencial. Pessoalmente, mas não sei se exprimo a opinião do Go-

verno — nunca o consultei a esse respeito —, mas penso que dia chegará em que, se o nosso equilíbrio externo não atingir um nível e uma rapidez satisfatória, será mesmo no essencial que porventura teremos algumas restrições a considerar.

De qualquer modo, a desvalorização funciona também, como há pouco referi, *grosso modo*, e no caso concreto, ao contrário, como uma oneração de 15% às importações. É como se fosse criado um direito aduaneiro geral que apanhasse todas as mercadorias importadas e as onerasse de 15%.

Mas pensou o Governo que não se deveria ficar por uma medida de carácter tão linear e indiscriminado em matéria de importações. Por isso não só aumentou a lista de produtos sujeitos à sobretaxa de 60% como reelaborou a lista do imposto de transacções, fazendo sofrer um encargo mais oneroso aos produtos predominantes de origem externa ou altamente dispensáveis no consumo da população de um país como o nosso, na hora presente.

Contudo, o Governo não se eximiu à antipatia externa e às dificuldades internas decorrentes da adopção de medidas de contingência, isto é, de restrição quantitativa directa, quedando-se, todavia, a níveis que julga não irão pôr em causa a estabilidade do ritmo da actividade das empresas que a esta actividade se dedicam.

O Governo entendeu também que deveria, pois foi este o momento em que se tornou viável, embora já há mais tempo o tivesse prometido, mas infelizmente não o pôde cumprir, definir regras de controlo do orçamento cambial do sector público. Isto irá permitir uma fiscalização mais acentuada das despesas externas, tal como permitirá o exercício de uma crítica mais directa e mais esclarecida sobre o tipo de gastos que o sector público realiza em detrimento da condição da nossa balança de pagamentos.

Portanto, eu diria que, para além da desvalorização no sentido do benefício às exportações e da desvalorização no sentido da dificultação de importações, o Governo, para quebrar a linearidade deste tipo de medidas, reforçou, num sentido ou outro, consoante as conveniências, os resultados práticos, os efeitos da própria desvalorização e aqui, parece-me, houve coerência.

Como é sabido, a nossa balança de pagamentos foi, durante muito tempo — que eu me lembre e possua números —, sempre deficitária no sector comercial e reequilibrava-se ou equilibrava-se à custa dos serviços e das transferências privadas. Isto é particularmente verdadeiro a partir dos anos 60, em que o surto emigratório provocou uma notável fonte de aquisição de divisas. Portanto, para além de tudo aquilo que tem de humano e social a ligar os emigrantes ao País, eles são, do ponto de vista económico, uma pedra fundamental na consideração de qualquer política que tenha em conta a necessidade de uma rápida adaptação da estrutura da balança de pagamentos à realidade do país que é hoje o nosso. Para isso propôs o Governo a esta Assembleia, e creamos com boas razões que levarão os Srs. Deputados a acabar por aprovar essa proposta de lei, novas medidas de carácter fiscal que possam constituir estímulos ao fluxo, no sentido externo-interno, de remessas privadas.

O Governo facilitou também, com objectivos de atracção, a movimentação e a abertura de contas de depósito, assim como vai reestruturar toda a máquina de captação de remessas de emigrantes no principal país de emissão, a França, como reviu a estrutura de taxas aplicáveis aos depósitos em moeda estrangeira, de acordo com o grau de procura de cada tipo de moeda.

É sabido, por ser dito por várias entidades e também porque cada um pode observá-lo no dia a dia da vida da nossa sociedade, que a poupança passou a ser um acto sem grande sentido entre nós. Certamente vários factores contribuem para esta situação, mas, seja como for, objectivamente o que importa é registar que a poupança global do País, que em 1974 andou pelos 15% do produto nacional bruto, desceu em 1975 para 5% e subiu em 1976, segundo as estimativas actuais, para 7%. É sabido que num país em que não se poupe as possibilidades de montagem de colocação em funcionamento de um aparelho produtivo que salvaguarde um nível de vida aceitável para o futuro e uma verdadeira independência do país em relação ao exterior têm de passar por uma política de investimentos, têm de passar por uma política de lançamento de iniciativas e, no caso concreto do nosso país, também para absorção da mão-de-obra desempregada, têm de passar por uma política de criação de postos de trabalho. Os números que referi, respeitantes ao nível da poupança interna, são realmente alarmantes para quem tenha o mínimo de noção destes problemas e é urgente que, pela via da voluntariedade ou, se assim não for e se os Srs. Deputados desta vez o entenderem, pela via forçada, o País comece realmente a poupar mais e a gastar menos em coisas perfeitamente inúteis.

Em abono da verdade, deve dizer-se que, em grande parte, têm contribuído para o decréscimo do nível da poupança nacional os altos défices do sector público nomeadamente do Orçamento Geral do Estado.

Foi tendo em vista a necessidade do acréscimo do nível da poupança nacional, e não só, que no Orçamento que vos foi submetido e, por fim, aprovado nas suas bases gerais consignadas na respectiva lei, o Governo procurou realizar uma política de austeridade, uma política de contenção das despesas de consumo público em termos de se poder esperar, da adopção da mesma, reais benefícios. Dos saldos negativos que ainda se espera venham a verificar-se em 1977, o global será de nível nominal idêntico ao de 1976, mas o das despesas públicas correntes, pensamos nós, irá para metade daquele que se verificou em 1976. Portanto, o Estado dá ou irá dar a sua contribuição, se o Orçamento na sua execução se vier a concretizar, para o aumento do nível global da poupança do País que é essencial ao investimento e essencial ao relançamento da actividade económica.

Perguntou o Sr. Deputado Sousa Franco quando é que haveria austeridade no sector público, uma vez que austeridade no sector privado já existe. Em relação a isto, tenho a dizer que não sou tão optimista como o Sr. Deputado, porque, em verdade, vejo largos estratos do sector privado onde realmente a austeridade não existe. Todavia, poderei dizer-lhe que em relação ao sector público nós pensamos na necessidade da aprovação de medidas legislativas que impliquem que os encargos financeiros tenham necessa-

riamente de ter cobertura adequada no aumento de receita ou serem essas despesas realizadas em contrapartida de sobras orçamentais existentes. Não permite o Governo a utilização indiscriminada de sobras que se verifiquem nas verbas orçamentais para o pessoal. Foram tomadas medidas de limitação de dispêndios ao estritamento indispensável para o regular funcionamento dos serviços e só quem viveu por dentro a discussão do Orçamento, em termos dramáticos de luta a dois, entre o Ministro das Finanças e cada um dos outros Ministros, se poderá aperceber das dificuldades imensas que houve. Mas chegámos, por fim, a números que nos parecem aceitáveis e que esta Assembleia, me parece, aceitou realmente quando em Dezembro aqui estivemos.

Temos de racionalizar a utilização das viaturas do Estado e isto mais por razões de carácter social do que propriamente pelo carácter económico, uma vez que, apesar de existirem cinco mil e tal viaturas distribuídas pelos Ministérios, não parece ser daí que resultem graves danos económicos.

Em relação ao fomento da poupança eu disse aquilo que no sector público parecia ser possível fazer e aquilo que nele tencionávamos fazer. Em relação ao sector privado certamente que os Srs. Deputados já sabem, pela leitura dos diplomas publicados e de um que lamentavelmente deve ter sido hoje remetido a esta Câmara, e hoje por culpa exclusiva do Ministro das Finanças, do que lhes peço desculpa, que houve uma modificação da estrutura das taxas de remuneração das operações passivas. Portanto, os depositantes irão auferir melhores rendimentos através dos seus depósitos. Foi facilitada a mobilização antecipada dos depósitos a prazo e aqui conviria dizer que a mobilização não foi aplicada em sentido militar. Muita gente, o padeiro que serve o meu prédio, por exemplo, ficou muito alarmada porque pensava que iríamos mobilizar os seus depósitos nos bancos e realmente cumpre explicar que não se trata de mobilizar em sentido militar, mas que se trata, sim, de permitir que cada um dos particulares depositantes movimente os seus dinheiros de depósito em bancos de uma forma mais fácil, de uma forma mais expedita.

São criadas novas modalidades de rendas vitalícias de forma a atrair os aforradores e potenciais rendistas ou pondo a tônica no sentido do aumento dos juros, porque alguns gostam mais de ter juros, ou pondo a tônica no sentido de uma compensação em capital, para aqueles que gostam de, no fim do empréstimo, receber algum dinheiro mais em termos de capital; é modificado o regime dos certificados de aforro no sentido de uma maior atracção, adicionando-lhe um seguro de vida; é aumentada a taxa de juro das obrigações que foram emitidas em 1975 e 1976, se os Srs. Deputados assim o entenderem, para remunerar, compensar ou premiar aqueles que em épocas perturbadas e difíceis não hesitaram em entregar ao Estado, confiantemente, as suas poupanças.

Sendo a escassez de poupança nacional um dado que ficou demonstrado através dos números que lhes revelei, eu poderia dizer que também neste capítulo há plena coerência na actuação do Governo, que lançou mão de todos os instrumentos que a sua imaginação e as suas possibilidades de serviço neste momento consentiam, e isto para além das medidas que

já tinha tomado na elaboração do orçamento que aqui foi apresentado.

Outro ponto em que todos sabemos verificar-se um défice preocupante é o que respeita ao investimento. Sabe-se que em 1974 o nível de investimento atingiu 21% do produto nacional bruto, em 1975 decresceu para menos de metade, para 10% em 1976 terá tido uma recuperação de 3%, ter-se-á situado ao nível dos 13%, e espera-se, para 1977, que seja atingido um nível da ordem dos 16% — ou 17%. Ora este problema do investimento é, creio, dos mais preocupantes da situação económica do País, neste momento.

Como o Sr. Deputado Amaro da Costa salientou há pouco, e o Sr. Ministro do Plano, em sua opinião, confirmou, a política que o Governo adopta em geral é de tipo deflacionista. E se na realidade as despesas com o consumo vierem a ser contidas ou diminuídas, só haverá um modo de manter a despesa global a um nível satisfatório e esse modo é a compensação do decréscimo do consumo global com um aumento do investimento nacional. Neste ponto há que considerar, porque a Constituição assim o entende, os dois sectores, o público e o privado.

No sector público, neste momento, não há que ter grandes preocupações, uma vez que há um plano imperativo que se espera e se deseja seja este ano cumprido e, penso, o Governo desenvolverá todos os esforços para que essa expectativa não seja iludida. Mas — e aqui há um «mas» que devo deixar muito claramente referido nesta Assembleia — não é habitual que o nível financeiro da utilização das verbas orçamentadas para o investimento do sector público tradicional atinja níveis satisfatórios e indispensáveis. Bastará ter presente que em 1974 se terá situado em cerca de 69% das verbas orçamentadas, que em 1975 terá atingido os 83% e que em 1976, pensamos, não ultrapassará os 80%. Quer dizer, o grau de utilização financeira das verbas orçamentadas para investimentos tem ficado, em geral, 20%, ou mais, abaixo do nível previsto inicialmente na orçamentação. Esperemos que este ano as coisas funcionem em termos mais agradáveis, porque, se o investimento não atingir os níveis que se espera e deseja, podemos realmente vir a cair numa situação recessiva que o actual estado do País não consente e nenhum de nós pode desejar. Mas há que ter em atenção que a Constituição prevê a coexistência de um sector privado e de um sector público e que no sector privado se empregam cerca de 84% a 85% da população activa portuguesa. Consequentemente, é necessário não esquecer e, pelo contrário, tentar estimular não só a manutenção deste grau de absorção de mão-de-obra nacional, como também promover o lançamento de iniciativas que possam vir a reduzir a margem preocupante de desemprego com que actualmente nos debatemos no nosso país. Nós cremos que a proposta de lei do Governo sobre a delimitação dos sectores público e privado é um passo essencial, é um passo decisivo — eu diria um passo urgente — para que algo melhore neste aspecto. Também aqui, creio, houve coerência do Governo tentando lubrificar os mecanismos desta parte da economia, que continua a ser uma economia de mercado. Fê-lo através da reabertura da Bolsa, como constava do seu programa, para os títulos de rendimento fixo, para as obrigações. E a partir do fim

do mês de Fevereiro estendeu-o também a títulos de rendimento variável. Naturalmente que ninguém esperava que na actual situação do País e na sequência das dúvidas que surgiram nos espíritos de muitos aforradores a Bolsa viesse a funcionar em termos espectaculares — e quando digo espectaculares, não quero, como é óbvio, dizer em termos especulativos. Sobre esse assunto, posso referir-lhes que neste momento a Bolsa ainda funciona muito incipientemente. Por exemplo, digo-lhes que entre 23 e 28 de Fevereiro apenas foram transaccionadas 5800 obrigações, num total de pouco mais de 3500 contos, que entre 2 e 11 de Março foram transaccionadas 10 000 e tal obrigações, num total de 5700 contos, e que as acções transaccionadas entre 4 e 11 de Março, portanto no período de uma semana, foram apenas 686, num total de preços trocados da ordem de 700 e tal contos.

No sentido de incrementar o investimento, como sabem, também foram previstas bonificações nos juros para investimentos. Foi alargado o esquema de refinanciamento através da Caixa Geral de Depósitos no sentido de aproveitar o alto grau de liquidez que essa instituição normalmente, e neste momento, apresenta. Foi criado o fundo de garantia dos riscos cambiais para facilitar o uso do crédito externo, sobretudo aos importadores que procuram esse crédito para finalidades de investimento.

Nó que respeita à política creditícia, também se avançou no sentido de aumentar as taxas das operações activas do sistema bancário, sobretudo com o objectivo de reequilibrar a balança de pagamentos, aliciando os emigrantes através de uma remuneração mais alta.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Ministro desculpará uma pequena interrupção, mas efectivamente restam só doze minutos, e o Sr. Ministro António Barreto ainda terá de falar.

Portanto, se V. Ex.<sup>a</sup> quiser encurtar as suas considerações, muito bem.

**O Orador:** — Sr. Presidente: É habitual que o Ministro das Finanças nas suas intervenções não tenha tempo. Das últimas vezes isso aconteceu por ter intervindo em último lugar e hoje por ter intervindo em penúltimo lugar.

Lamento, mas os Srs. Deputados compreenderão que realmente não se pode ir mais longe.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Restam cerca de quinze minutos para a intervenção do Sr. Ministro António Barreto.

Entretanto, vou dar a palavra aos Deputados que solicitaram esclarecimentos ao orador que acabou de intervir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: A primeira questão que queria pôr ao Sr. Ministro Medina Carreira refere-se ao facto de o Sr. Ministro, em Outubro, defender com argumentos que penso de muito fundamento e correctos — e contrariando a opinião expressa, ou seja as conclusões da confe-

rência económica da Gulbenkian, onde se reuniram conhecidos agentes e defensores de interesses imperialistas — que a desvalorização não servia o povo português nem a economia nacional. Pergunto, então, ao Sr. Ministro quais foram as alterações concretas que surgiram e que lhe permitem defender agora uma posição diferente, dizendo, inclusive, que a desvalorização é benéfica para a economia nacional.

A segunda questão é a seguinte: qual o acréscimo das exportações previstas, dado que penso que o Governo não tomou esta medida no sentido de «ficar a ver o que é que dá», face à desvalorização (refiro-me a exportações provenientes de indústrias portuguesas e não daquelas indústrias estrangeiras que estão montadas, nomeadamente no sector têxtil)?

Finalmente, quero perguntar ao Sr. Ministro das Finanças se terá por acaso alguma ideia, ainda que geral, de quantos milhões de contos foram levados para fora deste país, dado que isto nos parece importante, pois, como é óbvio, esses milhões de contos foram trocados em moeda estrangeira e agora com a desvalorização aqueles monopolistas que levaram o dinheiro para fora deste país tiveram um bónus de 15 %. Portanto, Sr. Ministro, pergunto-lhe se nos podia dar em números redondos quantos milhões de contos saíram do País e o benefício que os mesmos agora receberam com a desvalorização de 15 %.

*Neste momento assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Vítor Sá Machado.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Ministro das Finanças dirá se quer responder imediatamente ou se aguarda o fim dos pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Ministro das Finanças (Medina Carreira):** — Tenho a impressão de que é melhor aguardar que sejam feitos todos os pedidos de esclarecimento, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Franco também para um pedido de esclarecimento.

**O Sr. Sousa Franco (PSD):** — Sr. Ministro das Finanças: Eu queria, em primeiro lugar, registar com agrado o facto de a sua intervenção ter sido uma resposta a muitas das questões que nós tínhamos formulado. Nuns casos ficámos esclarecidos e mais ou menos concordantes, noutras talvez não, mas é positivo o intuito e a realização.

Por outro lado, também não queria deixar de referir, usando a imagem culinária que o Sr. Ministro e meu amigo mencionou há pouco, que o facto de se qualificarem as medidas como uma «salada» não é necessariamente depreciativo. Uma «salada» pode ser coerente e só se o for será boa. Simplesmente, pressupõe um prato de fundo e desse é que estamos à procura.

#### Risos.

A verdade é que nós estamos, neste momento, com alguns pontos em suspenso e eu iria formulá-los como perguntas.

Aceitei as explicações que me deu quanto a medidas de austeridade do sector público, mas há zonas em que me parece que estamos longe de conseguir

a disciplina desejável: disciplina da utilização dos dinheiros de fundos e serviços autónomos, reorganização financeira do Estado no domínio da contabilidade pública e outros avales do Estado. São três pontos que deixo enunciados.

Em segundo lugar, quanto ao agravamento do imposto de transacções, continuo desconfiado de que um bom Ministro das Finanças terá, porventura, feito pesar mais a intenção de aumentar receitas do que propriamente a de restringir o consumo. Por outro lado, não tenho dúvidas de que os aumentos determinados provocaram directamente, ao contrário do que vinha nos manuais clássicos mas como acontece na economia moderna, efeitos inflacionistas directos e indirectos muito fortes.

As perguntas a este respeito são, em primeiro lugar, sobre quais os critérios precisos, se possível quantificados, quanto à repartição de produtos pelas novas tabelas, que presidiram à reordenação das tabelas, e, em segundo lugar, que medidas pensa o Governo tomar para tornar selectivo o aumento indiscriminado de 20 % ou, caso o não queira, para contrariar o efeito inflacionista que destas medidas certamente resulta.

Concordo em linhas gerais com o que disse quanto à Bolsa. Simplesmente, embora entenda que a Bolsa e os mercados financeiros só estarão regularizados quando se resolver, entre outros, o problema das indemnizações, não tenho dúvida em perguntar-lhe, e esta é a minha terceira pergunta a que — importando tomar medidas para regular e estimular o acesso à Bolsa de novos títulos de rendimento variável, de novas acções —, tem o Governo decidido ou preparado a esse respeito.

Em quarto lugar, quero também, no que se refere à racionalização das nossas trocas com o exterior e até à europeização do modelo de política económica, perguntar-lhe que é que pensa o Governo quanto à conversão dos direitos específicos que ainda subsistem na pauta em direitos *ad valorem*, o que, além do mais, também poderia ter efeitos económicos e financeiros positivos.

Uma última questão, de muito pormenor mas que pode ter actualidade e até tem relação com as medidas de austeridade e restrição da fuga de divisas, é no sentido de saber se o Governo tem alguma posição tomada quanto à medida, que eu consideraria altamente inconveniente mas que em outros países tem sido adoptada, da exigência de depósito ou caução pessoal de dinheiro ou divisas, antes da saída das fronteiras, a cidadãos ou residentes nacionais.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para responder. Permito-me lembrar-lhe que tem três minutos para cada resposta.

**O Sr. Ministro das Finanças:** — Congratulo-me com a pergunta que o Sr. Deputado Acácio Barreiros faz no sentido de mostrar a contradição entre afirmações minhas, ao nível público, a respeito da desvalorização e o acto de desvalorização que realmente veio a praticar-se.

Eu creio não ter dito apenas em Outubro que era contra a desvalorização. Creio que o disse mais vezes e creio que o diria mesmo cinco minutos antes de ter sido enviado à TV caso me perguntassem se não haveria desvalorização. Assim se procede em todos os

países e se fosse dizer em Outubro ou, sequer, deixar implícita a ideia de que iria haver uma desvalorização mal iriam as coisas.

Suponho que, em França, enquanto Ministro das Finanças e da Economia, ao actual Presidente Giscard d'Estaing foi perguntado um dia, à noite, se haveria desvalorização. Negou categoricamente, para o que terá certamente apresentado fundamentos lógicos, e na manhã seguinte o franco foi desvalorizado.

Quanto ao acréscimo das exportações previstas na sequência da desvalorização, suponho não ser viável dar uma resposta satisfatória em termos quantitativos. Apenas poderei dizer, e porque só disponho de três minutos para responder, pois aqui há austerdade em tempo...

*Risos.*

... — para o Ministro das Finanças deve ser vingança...

*Risos.*

... — que o que nós temos por certo, e isso indiscutivelmente, é que, por um lado, se pode esperar na procura externa uma resposta à desvalorização desde que possamos dar resposta a esse aumento de procura.

Porque é que se diz que isto acontecerá? Pois eu digo isso baseado em duas razões fundamentais, sendo a primeira que, nos últimos três anos, o nível das nossas exportações, em percentagem, para os países da OCDE com os quais temos relações comerciais, que representam mais de 80 % da nossa vida económica externa, baixaram, sem precisões de grande rigor, qualquer coisa como 30 %. Por outro lado, nas trocas entre países da OCDE, no mesmo período de tempo, e sem grande rigor, poderá dizer-se que terá havido um aumento de cerca de 6 %, porque houve estagnação em 1974, houve decréscimo de cerca de 8 % em 1975 e um acréscimo de 14 % em 1976. Logo, não será preciso que o nosso país espere ou conjecture muito a respeito da procura externa como resposta à desvalorização. Basta que o País esteja em condições de reconquistar a sua cota, isto é, a sua posição relativa adentro da área da OCDE para que as nossas exportações possam ter uma expressão significativamente mais alta.

Mas para que o País exporte mais é preciso produzir mais. Então, perguntar-se-á: estamos em condições de produzir? Pois também não é preciso conjecturar muito a respeito deste problema porque sabemos que, infelizmente, os nossos factores de produção se encontram em muitos casos subutilizados: há fábricas que não laboram em pleno, fábricas que não laboram por turnos — e há financiamentos que não faltarão, se for necessário, para investimentos viáveis — e temos, infelizmente, uma larga legião de mão-de-obra que procura trabalho e não o encontra.

O Sr. Deputado Acácio Barreiros perguntou-me quantos milhões de contos teriam saído do País. Bem, se ele me pudesse auxiliar nesta descoberta, eu ficaria-lhe ia extremamente grato, porque realmente não sei qual o seu valor. Normalmente estas fugas não se fazem por transferência bancária, pelo menos muito visível, mas por subfacturação ou por sobrefacturação. Isto, como sabe, é um problema complicado sobre que gostaríamos de saber alguma coisa, o que

não acontece. Aquele dinheiro que passa nas fronteiras no busto das senhoras...

*Risos.*

... ou dentro de fundos falsos de malas, esse quando é apanhado é registado mas quando não é apanhado não se pode quantificar.

O Sr. Deputado Sousa Franco, reafirmando o seu gosto pelos vegetais...

*Risos.*

... voltou a falar de «salada», esclarecendo — e agradeço-lhe bastante que o não tenha mencionado em sentido depreciativo — que o problema está, na realidade, em se determinar qual o prato de fundo. Este Governo foi durante muito tempo acusado de nunca mais apresentar um conjunto de medidas económicas e financeiras coerente, harmónico, eficaz e deseável, e desta vez creio que a única crítica foi ainda a de que esse conjunto apenas chegou tarde. Parece-me, porém, que o Governo, desta vez, e felizmente sentimo-nos por isso mais à vontade, congratulando-nos em nome do País, trouxe um prato de fundo que são as talas cinquenta medidas integrantes da «salada».

Quanto ao problema de austerdade do sector público, o Sr. Deputado Sousa Franco, que é, de longe, financeiro mais qualificado do que eu — todos o sabem —, pergunta-me o que se passa com os fundos, os serviços autónomos, etc. Sabe bem o Sr. Deputado que, nesta matéria, tem havido uma descoordenação tremenda dos orçamentos e das contas públicas. Foi por isso mesmo que no Orçamento Geral do Estado ainda desta vez não foi possível, na realidade, contemplar todos os números referentes a estes sectores. Mas creio que sabe também que o nosso projecto (nossa, em termos abstractos, do Ministério das Finanças, pois quanto ao Ministro que estiver na altura logo se vê) é manter no Orçamento Geral do Estado para o ano que vem tudo o que respeita a fundos e serviços autónomos.

Quanto aos avales, eu devolveria a pergunta ao Sr. Deputado Sousa Franco, sabido como é que esta Assembleia tem entre mãos uma proposta de lei do Governo sobre avales e creio que o próprio PSD também tem o seu texto. Portanto, como Ministro das Finanças, regozijar-me-ei que tórnem mais célere a discussão e aprovação desse texto ou de um desses textos porque uma das pragas daquela zona ribeirinha de Lisboa em que se situa o Ministério das Finanças é a procura de avales.

O Sr. Deputado Sousa Franco acertou, mas acertou só 50 %, quando disse que lhe parecia que aqui andava dedo do Ministério das Finanças, sempre ansioso com o aumento das receitas em matéria de imposto de transacções. Eu digo que acertou metade porque, efectivamente, uma das razões do aumento foi essa.

A razão do lançamento do adicional de 20 % é que este adicional pretendeu dar uma resposta, não sei se total ou parcial, mas, de qualquer modo, uma resposta, uma achega, para financiar o acréscimo de despesas que terão de ser suportadas com o «cabaz de compras». Mas se é verdade que o lançamento de um imposto desta natureza tem indiscutíveis efeitos inflacionistas (mas o que se pode fazer que não tenha neste momento, neste país, algum efeito

inflacionista?), gostaria que o Sr. Deputado Sousa Franco me dissesse o que é possível fazer para manter o nível de actividade ou, pelo contrário, incrementá-la, que não tenha um certo sentido inflacionista. Isto é tão criticável, o adicional do imposto de transacções, como o poderá ser a criação de massa monetária para manter um certo nível de emprego, enfim, como tantas outras coisas que teriam efeitos inflacionistas.

Pergunta-me se houve critérios quantificados para a elaboração das listas. Digo-lhe com toda a franqueza que não houve, pelo menos que sejam de meu conhecimento. Mas o Sr. Deputado Sousa Franco, que é um brilhantíssimo técnico de direito fiscal e que até colaborou com o Ministério das Finanças noutras tempos, sabe perfeitamente que nunca houve a possibilidade de fazer estudos profundos sobre estas alterações, porque o problema é que é extremamente complicado e demorado mexer nestas listas, para além de ser perigoso, pois não há qualquer «mexida» nas listas do imposto de transacções que não origine, poucos dias depois, montes de protestos e saraíhos.

Quanto às medidas para tornar selectivo o imposto de transacções, gostaria apenas de recordar que toda a parte relativa às isenções do imposto de transacções respeitante a produtos considerados essenciais ou mais essenciais, desde produtos alimentares passando por variadíssimos outros, essa lista, como sabem, não foi mexida, pelo que a gama dos produtos mais necessários à vida das populações não sofreu qualquer agravamento porque está isenta. Dos bens menos essenciais, esses sofreram um agravamento de 2%, ou seja 20% em adicional, e a selectividade fez-se, sobretudo, através do uso daquela autorização legislativa que aqui nos foi conferida no sentido de atirar para a taxa de 50% tudo aquilo que se considerou ser importado ou altamente dispensável no consumo actual da sociedade portuguesa.

Quanto às medidas para estimular o acesso à Bolsa, pessoalmente, não tenho ainda o assunto estudado, mas presumo que, em novos aumentos de capital de sociedades com certas características, será desejável que o Governo estabeleça condicionamentos que se traduzam na obrigatoriedade de uma quota-parte das acções ser obrigatoriamente posta à subscrição pública e ser vendável ou transaccionada na Bolsa.

**O Sr. Presidente:** — Desculpe-me interrompê-lo, Sr. Ministro. Sou eu que, desta vez, me vejo coagido a interpretar a austeridade. V. Ex.<sup>a</sup> já passou dos minutos além do seu tempo.

**O Orador:** — Mudou o Presidente, mas não mudou o tempo.

**Risos.**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro António Barreto, dispondo de doze minutos.

**O Sr. Ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas (António Barreto):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou tentar, com o pouco tempo que me resta, tecer algumas considerações de ordem geral sobre as medidas em que intervieram os departamentos de que sou responsável. Tentarei igualmente trazer alguns esclarecimentos ou respostas, a perguntas

ou questões já aqui levantadas em particular, direi mesmo exclusivamente, pelo Sr. Deputado Sousa Franco, dando desde já a certeza de que em outras intervenções eu próprio e, em particular, os Secretários do Estado do Comércio Interno e do Comércio e Indústrias Alimentares — que, permitam-me um parêntesis, fizeram em poucas semanas um trabalho ímpar na nossa história económica e de regime de preços, dado que fizeram pela primeira vez um trabalho deste tipo — traremos alguns esclarecimentos e as respostas necessárias às questões colocadas.

Antes de mais, Srs. Deputados, permitam-me um desabafo pessoal. Mau grado a minha formação e experiência, de carácter sobretudo académico, devo reconhecer que não estamos propriamente em momento de academismos mas, sim, de acção. Procurar discutir e fazer polémica à volta de certos equilíbrios matemáticos, num momento em que se está a conseguir sair e ultrapassar uma situação de rotura dos equilíbrios básicos, económicos e físicos, da nossa economia, poderá constituir, de certo modo, diversão que acabará por não ajudar a resolver os problemas essenciais do nosso país. Estes resolver-se-ão essencialmente com acção, autoridade e concertação social. Definam-se os horizontes, definam-se os objectivos políticos e os princípios fundamentais, não esquecendo que neste contexto importa agir com empirismo, com a humildade de quem deseja criar e com a ambição de quem pretende reformar.

Foi neste espírito que se iniciou o processo de criação de um novo sistema de preços, de um novo sistema de controlo, de protecção a certos rendimentos e de subsídios a certos produtores, tudo com a preocupação fundamental de evitar que proteccionismos e controlos fictícios continuem a abafar as possibilidades de recuperação económica, de rendibilização e de capitalização de empresas, cuja saúde, como todos sabem, está bastante mal. Que este desabafo pessoal não seja, de modo algum, interpretado como uma fuga ao controlo parlamentar e à discussão franca e aberta dos problemas com os Deputados.

Passo, portanto, a abordar rapidamente algumas questões, seleccionando aquelas que me parecem mais importantes.

Diria, em primeiro lugar, que em matéria de preços e de comércio o problema essencial continua a ser, como tenho dito várias vezes, o da produção. É aqui que, a meu ver, na acção e quotidianamente, se devem concentrar todos os nossos esforços. É a prioridade número um dos departamentos de que tenho a responsabilidade, e estão em curso, desde já, programas de fomento importantes, cujos resultados se espera sejam também importantes, em matéria de fomento agrícola, de fomento da pecuária, virado exclusivamente para a utilização máxima dos recursos nacionais e não de importação de componentes e rações, assim como um programa para as pescas.

E aqui, como noutras matérias, mas, evidentemente, sobretudo em matéria agrícola, farei sempre um apelo a todos os interlocutores, um apelo de realismo para que saibamos calcular bem, quando falamos de agricultura, os tempos necessários para obtermos a resposta em matéria produtiva e em matéria social.

Nesse sentido, entre as várias medidas tomadas — muitas há que não foram objecto de decreto-lei por-

que não tinham de ser, pois resultam da acção quotidiana do Governo —, apenas sobressai o aumento do *plafond* no crédito de emergência, como é conhecido.

Gostava, aliás, a este propósito, de advertir, desde já, não com solenidade mas com gravidade, que o ano agrícola de 1977 não se apresenta com melhores olhos. Os primeiros resultados de um inquérito rigoroso a que o Ministério da Agricultura e Pescas tem vindo a proceder dão, em particular para a produção de cereais, perspectivas e estimativas de quebras muito importantes devido a vários fenómenos, a começar pelo mau tempo e a acabar nas más condições sociais e políticas de certas regiões, como em parte dos distritos que são a base da produção cerealífera de Portugal, as áreas semeadas orçam, segundo os distritos, entre 30% e 55% do que deveria ser semeado este ano. Sobre este problema o Ministério da Agricultura e Pescas prestará ao País, atempadamente, todos os esclarecimentos necessários.

Quanto ao problema dos aumentos, como podem calcular, não foi com prazer nem, sobretudo, com ligeireza que o Governo se viu na necessidade de ajustar um certo número de preços, aumentando-os.

As razões e os motivos técnicos e económicos desses aumentos são, penso eu, já bastante conhecidos. Eu próprio esclareci pessoalmente, e o Ministério tem vindo a informar através de comunicados, as razões dos aumentos produto por produto. Os Srs. Secretários de Estado poderão certamente, e de modo mais detalhado e rigoroso do que eu próprio, definir melhor certos casos importantes, tais como o dos cereais e das carnes, e inventariar as razões que a isso conduziram.

No entanto, e de um modo geral, o Ministério e o Governo estão interessados em ir repondo pouco a pouco a verdade dos preços, que será a única condição de uma economia saudável e equilibrada. Nós estamos interessados numa maior agilidade para o sistema económico, que tem vindo a registar nos últimos anos, por causa da burocratização excessiva e do regime fictício da formação de preços, numerosas distorções e estrangulamentos em muitas empresas, em particular nos produtos industriais.

E aqui, evidentemente, cabe perguntar, a quem se espanta ainda hoje com o aumento de preços, como é que é possível evitar os aumentos de preços, quando aumentou a população do modo que todos sabem, quando aumentou a procura, o poder de compra, a ineficiência, o absentismo e «apenas» diminuíram a produtividade e a produção.

Procurou-se também, e com a consciência de que se deu apenas um primeiro passo, e experimental, modificar gradualmente o sistema e o regime de preços. Pretende-se reduzir, a prazo, o mais possível, o sistema de subsídios a produtos, até porque, do ponto de vista de justiça social — e eu já o disse uma ou duas vezes —, não entendo que o «cabaz de compras» seja o método mais justo de subsidiar o consumidor.

Pensamos nós que talvez já em 1978 será possível substituir o «cabaz de compras» por um sistema que, do ponto de vista social, seja mais justo, e, então, subsidiar e ajudar aqueles estratos da população, tais como reformados, desempregados ou de salários extremamente baixos, que, esses sim, necessitam de uma real ajuda. O sistema actual é um sistema

provisório, temporário, era o que era possível fazer neste momento para evitar um desequilíbrio ainda maior.

Por outro lado, ao procurar modificar gradualmente o sistema e o regime de preços, entende-se que é necessário evitar o contínuo e permanente sistema de desvio dos subsídios que vão sendo dados em muitos sectores. E neste aspecto, por exemplo, há que sublinhar o caso das carnes, em que os subsídios são sistematicamente desviados e são uma fonte de inúmeras corrupções, como todos sabem. Pois esse sistema de subsídios foi eliminado.

Finalmente, também é importante corrigir distorções inadmissíveis, como, por exemplo, aquela em que farinha de 2.º produz pão de 1.º, e certamente, para os intermediários, também porduzirá lucros de 1.º. Ou ainda eliminar situações irracionais e fictícias, em que, uma vez mais, neste caso, a farinha atingia já preços próximos do gratuito e um quilo de farinha era mais barato do que um cigarro.

Finalmente — aliás esta questão parece-me já ter sido referida também aqui —, efectuaram-se os aumentos de produtos conjuntamente e não espaçadamente, como me parece que o Sr. Deputado Sousa Franco terá perguntado ou sugerido, não me lembro bem. Efectuaram-se porque era necessário procurar definir finalmente uma coerência para o conjunto dos preços e, como todos sabem, entre as carnes de qualquer espécie, o leite, as galinhas, os ovos, etc., há uma inter-relação permanente através do sistema alimentar dos animais — e esqueci-me de mencionar, os cereais. Era esta coerência de conjunto que se pretendia alcançar pela primeira vez; era também a necessidade de colocar um sistema perfeitamente interligado, a fim de, lentamente, se poder ir eliminando esse próprio sistema de subsídios fictícios e de formação puramente burocrática dos preços.

Não é verdade que se consagrou o liberalismo em matéria de preços. Nós temos, em primeiro lugar, o «cabaz», como todos sabem; em segundo lugar, os preços máximos, com um regime tão apertado como os do «cabaz», só que o Governo não pode assegurar o subsídio a esses produtos. Temos, por outro lado, o sistema de margens de comercialização permitidas e controladas, e, ainda, por outro lado, os preços declarados, e o controlo *a posteriori*. Todos sabem o que é que a burocracia e a má administração deste país poderiam — por vezes, certamente, sem intenção, mas nem sempre — criar dificuldades à criação de preços industriais, e todos sabem como o Ministério do Comércio e a Secretaria de Estado do Comércio Interno eram solicitados permanentemente para a fixação de milhares de preços.

Quanto aos critérios essenciais que presidiram à constituição do «cabaz» resumirei os fundamentais. O primeiro, foi o de não colocar no «cabaz» produtos relativamente aos quais o Governo tenha pouco ou nenhuma capacidade de controlo e de acompanhamento, para evitar assim que se continue com esforço tão importante como o que foi feito — e eu sublinho que foram 11 milhões de contos de subsídios, apenas compensados por 2 milhões de contos do Fundo de Abastecimento através dos produtos importados com diferenciais positivos. Pois o Governo entendeu que apenas deveriam ser objecto desta ajuda substancial aqueles produtos de que o Governo pudesse acompanhar e controlar o sistema de comer-

cialização. Por outro lado, o critério social mais importante para a escolha desses produtos foi o critério do peso específico desses produtos na alimentação global. Todos sabem que para um trabalhador rural o pão tem, em relação ao total, muito mais importância do que terá na alimentação global de um elemento dos quadros superiores.

O terceiro critério é um limite quantitativo: tem a ver com os limites orçamentais e do Fundo de Abastecimento.

Finalmente, não me esquecerei de repetir uma vez mais, esta medida consideramo-la provisória e necessita de ser substituída por outra de maior justiça e de maior racionalidade.

Foi também referido aqui pelo Sr. Deputado Sousa Franco que havia grandes vantagens em certos sistemas ou em certos métodos tradicionais de controlo dos preços. Discordo, com a humildade que me dá o facto de não ser técnico, de modo algum, e de pouco saber desta matéria a fundo, mas estou convencido de que esses métodos tradicionais e o sistema de controlo de preços, tanto quanto eu sei, não servem de modo algum para remediar a situação actual, de penúria, de desemprego, de inflação, de aumento considerável da auto-subsistência em regiões do interior.

Eu estou convencido de que tal sistema não serviria. Aliás, já nos últimos meses do antigo regime se vinha a demonstrar que o sistema estava obsoleto, e os primeiros estudos feitos com um certo rigor na Secretaria de Estado do Comércio Interno têm vindo a demonstrar que entre o mês de Dezembro de 1973 e o mês de Abril de 1974 se registaram algumas das taxas de aumento de preços de bens de consumo mais altas até hoje verificadas.

Quanto a medidas de fiscalização, que não fazem parte do chamado «pacote» de medidas, mas a que não me deixarei de referir muito rapidamente, após umas três ou quatro semanas em que o Governo entendeu que era necessário deixar o sistema económico e o do comércio adaptarem-se ou ajustarem-se às novas condições, impunha-se agora um certo número de medidas de controlo e de repressão para as quais era necessário aumentar não só os meios de acção como também o seu enquadramento jurídico e legal, aumentando a severidade, em particular, mas também melhorando o carácter expedito e processual das respectivas penas. Já foram anunciadas publicamente, e ainda antes do fim deste mês se iniciarão, medidas com uma grande severidade no que toca à fiscalização e à repressão de fraudes dos tipos açambarcamento, preços especulativos, etc.

Não me impedirei ainda de referir muito rapidamente, no que toca às condições sociais e políticas para a melhoria da produção agrícola, a nova legislação da Reforma Agrária, que o Sr. Deputado Sousa Franco também mencionou, que será entregue dentro de muito pouco tempo, creio que ainda este mês, à Assembleia da República.

Há um certo atraso, não em relação a compromissos oficiais, creio eu, mas em relação ao tempo desejado. Esse atraso foi motivado, em primeiro lugar, porque o âmbito da Lei da Reforma Agrária foi consideravelmente alargado e se pretendeu fazer uma lei que não ficasse de modo algum restrita aos aspectos mais polémicos, mais ligados à expropriação, aos aspectos fundiários, e, por outro lado, porque se

pretendeu fazer um certo número de inquéritos, aprofundados, localmente para que a lei contemple situações reais e se mostre adequada à resolução dos verdadeiros problemas fundiários e de produção agrícola...

**O Sr. Presidente:** — Peço desculpa, Sr. Ministro, mas esgotou o seu tempo.

**O Orador:** — Com certeza terei oportunidade de cá voltar. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

*Aplausos do PS.*

*Neste momento reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes.*

**O Sr. Presidente:** — Estão abertas inscrições para pedidos de esclarecimento.

*Pausa.*

Tem a palavra, para esse efeito, o Sr. Deputado Aboim Inglês.

**O Sr. Aboim Inglês (PCP):** — O Sr. Ministro, na sua intervenção, tentou justificar os recentes aumentos de preços e, de uma maneira geral, a política de preços praticada com a referência à necessidade de se caminhar progressivamente para uma política de verdade de preços, criticando, pois, todo o sistema de subsídios que até agora tem estado a ser utilizado em relação a vários artigos de primeira necessidade,

Eu perguntava ao Sr. Ministro como é que se coaduna essa tónica, no caminho para a verdade dos preços e nessa crítica aos subsídios, com os compromissos tomados pelo partido do Governo no seu programa eleitoral, com o qual se apresentou nas eleições para esta Assembleia da República. Recorde, nomeadamente, que o *Manual PS-Eleições-76*, a este propósito, diz que «a política do Governo, no que respeita a preços, assenta nas seguintes medidas:

a) Assegurar preços baixos para um conjunto de bens e serviços que correspondem à necessidade sentida pela população portuguesa. É o caso do pão, do leite, da manteiga, da carne, do peixe, do açúcar, das batatas, do arroz, do vinho, do azeite, dos óleos, em suma, dos produtos alimentares essenciais. Mas é também o caso da luz, da água, do gás, dos transportes públicos, das rendas de casa, dos produtos de limpeza e higiene, do vestuário não luxuoso. Para tal haverá que fixar os preços, subsidiando os que disso necessitarem, para não sacrificar os produtores agrícolas» (sic).

Afirmações idênticas são depois produzidas num outro folheto que aqui tenho, intitulado *Programa para Um Governo PS*. São feitas precisamente as mesmas afirmações.

Como é que a actual política de preços se coaduna com estes compromissos e afirmações passados do Governo, eleito por estas eleições, com este programa?

**O Sr. Presidente:** — Chamo a atenção do Sr. Ministro de que estão inscritos para pedidos de esclarecimento cinco Srs. Deputados. Pergunto se o Sr. Minis-

tro deseja responder já ou se pretende aguardar pelos restantes pedidos.

**O Sr. Ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas:** — Responderei no fim, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso para pedidos de esclarecimento.

**O Sr. Carvalho Cardoso (CDS):** — O Sr. Ministro informou a Câmara de que as áreas semeadas nos vários distritos de produção cerealífera se estimam entre 30% e 55%.

Eu gostaria de saber se poderia informar, destrinçando quais as percentagens semeadas relativamente às explorações privadas, às explorações cooperativas e às unidades colectivas de produção não cooperativas.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Louro.

**O Sr. Victor Louro (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: Ouvi com certa preocupação a intervenção do Sr. Ministro António Barreto, enquanto Ministro da Agricultura, porquanto me parece existir uma evidente contradição entre as afirmações que acabou de fazer e a prática política quotidiana do seu Ministério.

É nesse sentido que faço o pedido de explicação. Tenho apenas duas questões a colocar, e posso começar por aquela que o Sr. Deputado Carvalho Cardoso acabou de pôr. Gostaria que o Sr. Ministro informasse esta Câmara, para além da pretensa luta que se queira armar em volta da actividade das unidades colectivas de produção, com a verdade que lhe for possível, das medidas que o seu Ministério tomou para compensar o efectivo abaixamento da produção de Inverno que vai verificar-se. E espero que não se responsabilizem os trabalhadores agrícolas, nem mesmo ali da bancada defronte da nossa, pela chuva que caiu.

**Uma Voz do CDS:** — Não, olhe que não!

**O Orador:** — E também suponho que não terá chovido mais nas unidades colectivas que nas herdades privadas.

Mas porque a redução da produção vai ser uma realidade, uma realidade que não é ultrapassável através de notas oficiais como aquela que a Secretaria de Estado da Estruturação Agrária fez há semanas atrás, gostaria que o Sr. Ministro informasse quais as medidas que efectivamente foram tomadas para, com a produção da Primavera, compensar minimamente o abaixamento da produção de Inverno.

Referiu-se às medidas de fomento pecuário e de fomento agrícola, referiu-se ao aumento do absenteísmo e referiu-se, ainda, à preocupação pela defesa do produtor.

Gostaria que assim fosse. Todavia, pergunto como é que isso se articula com a política estabelecida ultimamente de preços da carne, que, quanto a nós, vai levar, pura e simplesmente, a que a produção nacional de carne praticamente não possa ser escoada, dada a diferença de preços que existe para a carne

congelada importada do estrangeiro. Gostaria de ver também em que medida é que isso se articula com a proibição, é o termo, que a Secretaria de Estado da Estruturação Agrária tem feito da realização de alqueives. Ainda hoje veio publicado mais um desses casos, para além de muitos outros que, infelizmente, temos conhecido nas últimas semanas. Também gostava de compreender em que medida é que isso se articula com as medidas de efectivo apoio aos proprietários absentistas que tem sido feito através da política posta em prática ultimamente pela Secretaria de Estado da Estruturação Agrária, entregando terra a agrários a título de direito de reserva, que, imediatamente, no dia seguinte ficam abandonadas.

Para finalizar, gostava de saber também como é que se pensa na defesa do produtor quando se estabelece, por exemplo, como preço de garantia para o milho o mesmo preço que já vigorou o ano passado, que é em grande parte responsável pelo fracasso da campanha do milho, sabendo nós que, entretanto só para falar em adubos, houve um aumento de 25%, e, portanto, como é que isso pode acontecer com os factores de produção a aumentarem desta maneira, a aumentarem-se preços que já nem sequer o ano passado eram favoráveis, nem sequer compensadores.

Eram estas as questões que queria pôr, Sr. Ministro.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

**O Sr. Ângelo Correia (PSD):** — Sr. Ministro: Já que estamos num parlamento e não numa academia, vou fazer perguntas curtas e breves.

É evidente que vai haver um desvio da procura nacional para os produtos do «cabaz». Isso significa que o perfil da procura nacional pode ser alterado. Relativamente a isso, pergunto: o Governo pode garantir a existência durante todo o ano dos produtos incluídos no «cabaz»?

Tem o Governo meios financeiros suficientes, ou já os previu, sobretudo dada a alteração da taxa de câmbio do escudo, da taxa de paridade, relativamente a todos os produtos incluídos no «cabaz» que tenham de ser importados?

Quais são as formas concertadas que o Sr. Ministro propõe relativamente à possível revisão do «cabaz» e inclusão, até, de novos produtos, como o Sr. Ministro há pouco referiu?

Última questão: irá o Fundo de Abastecimento providenciar no sentido de compensar os produtos incluídos no «cabaz de compras» consumidos nos arquipélagos da Madeira e dos Açores?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Faria de Almeida.

**O Sr. Faria de Almeida (CDS):** — Sr. Ministro, além dos esclarecimentos já pedidos por esta bancada, desejava pedir também um.

Era se V. Ex.<sup>a</sup> me poderia esclarecer de qual foi o critério seguido pelo Ministério da Agricultura quanto à importação da batata de semente, já que esta foi vendida a alto preço e agora nos aparece oferecida, nos jornais, ao preço da batata de consumo.

O Sr. Presidente: — Finalmente, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: O Sr. Ministro António Barreto referiu-se aos critérios que levaram a seleccionar um conjunto de produtos para o «cabaz de compras», mas julgo que não estão em causa os critérios. O que está em causa é que grande parte desses produtos foram aumentados previamente, isto é, antes de serem metidos no «cabaz», como aconteceu com o pão, que teve um aumento de 30 %. Concorda ou não o Sr. Ministro, que, com a desvalorização do escudo, com o aumento das taxas de juro e até da taxa de redesconto, com a liberalização dos preços, com o aumento do imposto de transacções, isso se vai traduzir num aumento brutal de preços, tendo como consequência a redução do nível de vida das camadas mais desfavorecidas, dos pensionistas, dos reformados, dos desempregados, e, ainda por cima, a liquidação de pequenas empresas, que terão dificuldade em fazer repercutir nos preços de venda os custos a que vão ser sujeitos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro António Barreto para responder. Dispõe de dezoito minutos para esse efeito.

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estou felicíssimo porque tenho mais tempo para responder do que para dizer. Infelizmente, tenho receio de não ter tomado conta de todas as perguntas devidamente, mas vou tentar responder pela ordem cronológica das mesmas.

Ao Sr. Deputado Aboim Inglês, que mencionou um certo número de compromissos tomados pelo Partido a que pertenço e que está no Governo, responderei que não vejo nenhuma contradição necessária entre preços mais baixos e preços de verdade. Agora quanto a preços abaixo do nível de verdade, já me parece sair-se desta equação.

Por outro lado, o que o Sr. Deputado acaba de mencionar foi o que o Governo fez, subsidiando tanto quanto possível esses produtos, o que, a meu ver, não é contraditório com a tentativa de, a prazo, ir eliminando os subsídios.

Eu creio ter dito, pelo menos está nas minhas notas, a intenção do Governo de ir eliminando os subsídios, que continuam a aproveitar mais aos intermediários ou a certos momentos da transformação e não ao produtor agrícola, ao consumidor, e, em particular, àqueles estratos da população que estão mais desfavorecidos, como sejam os reformados, os desempregados e os sectores de salários mais baixos.

Penso que a orientação desses subsídios deve ser feita não de modo indiscriminado, como o «cabaz» está a fazer actualmente, mas orientando-os para o produtor agrícola, por um lado, para as classes mais desfavorecidas, por outro, e, finalmente, para o consumidor, retirando-os assim ao intermediário e ao comerciante, que eram os principais beneficiários de uma grande parte desses subsídios.

Ao Sr. Deputado Carlos Cardoso não posso ainda, infelizmente, dar os dados diversificados segundo o tipo de propriedade e o tipo de exploração agrícola.

Não possuímos ainda dados rigorosos sobre essa matéria, apesar de já termos algumas amostragens. Contudo, eu não quereria tomar as amostragens pelo universo estatístico dado o risco de cometer graves incorrecções. Os dados que temos agora referem-se globalmente a distritos e alguns deles a um certo número de concelhos. À medida que formos recebendo dados mais rigorosos eles serão fornecidos ao público.

O Sr. Deputado Victor Louro fez uma pergunta idêntica à do Sr. Deputado Carvalho Cardoso e, portanto, em parte já está respondida.

O Ministério da Agricultura pode desde já dizer que o principal responsável pela situação das sementeiras este ano é, certamente, a chuva, o que não me impede de acrescentar que mesmo perante a chuva nós temos consciência de que em muitos casos a organização técnica, social e económica, aliás, irracional, da maior parte das unidades colectivas de produção, actualmente, não só pela sua organização interna como também pelas suas dimensões e relações sociais, conduzem a que não se retire do esforço do homem a melhor utilização e o melhor proveito. Foi o que aconteceu este ano nas unidades colectivas de produção, ou numa parte delas, pelo menos, quando foram postas à prova de uma intempérie, de um mau clima como o de este ano.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao que pensa fazer o Ministério da Agricultura para compensar a quebra de produção, posso dizer-lhe que estão a ser recolhidos todos os dados quanto aos tipos de terras e locais que sofreram essa quebra de produção e vão ser dadas muito rapidamente não só instruções como também, se possível, meios e técnicos para, nesta época da Primavera, se tentar recuperar algum terreno perdido com outras culturas cujas sementeiras se possam fazer agora.

A situação, como o Sr. Deputado sabe, é difícil. Em grande parte das unidades colectivas de produção a ausência de técnicos, regentes agrícolas e agrónomos, pois a sua maior parte foram delas expulsos, constituiu um grave problema na assistência técnica às mesmas.

Mesmo assim o Ministério tentará, tanto quanto possível, prestar a assistência necessária.

O Sr. Victor Louro (PCP): — O Sr. Ministro dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Sr. Ministro, era apenas para perguntar o que é feito dos técnicos do Ministério da Agricultura.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Foram saneados!

O Orador: — Sr. Deputado Victor Louro: Os técnicos do Ministério da Agricultura não poderão, de modo algum, sob pena de continuar a aumentar a hipertrofia do Estado e a burocacia, substituir os técnicos que cada empresa e cada unidade colectiva de produção deverá ter ao seu próprio serviço. Infelizmente, aconteceu que, numa certa época, a

grande maioria dos técnicos que prestavam serviço nessa herda foram delas expulsos.

No que toca ao problema da carne, o Secretário de Estado do Comércio e Indústria Agrícola poderá detalhadamente explicar o que se entende como novo regime das carnes, em particular de bovinos, mas, no entanto, eu gostaria de dizer que a carne nacional não ficaria de modo algum na impossibilidade de ser escoada, dado que a carne congelada que é importada tem limites. Há limites físicos e cambiais à importação de carne congelada, e por isso a procura de carne nacional manter-se-á, pois será necessário consumir carne fresca, de produção nacional.

Não esconderei, porém, que na política actual há uma preferência pela carne importada, para entrementes se poder efectivar a recomposição do gado nacional, dado que o efectivo pecuário nacional esteve, e ainda hoje está, gravemente ameaçado. Nos últimos tempos, abateu-se muito gado, talvez até por aumento da procura, do poder de compra da população, e por não se ter importado tanto quanto se deveria em termos absolutos. Tem que se fomentar não só a produção de leite para tentarmos ser, a curto prazo, auto-suficientes em leite, o que é possível, mas também para se conseguir a recomposição do efectivo pecuário, que ainda está ameaçado, como já disse.

Tanto no campo da suinicultura como no da avicultura estamos a atingir números satisfatórios, mas nos outros estamos ainda longe disso.

Quanto às medidas que o Ministério da Agricultura tem tomado, todos os dias, no sentido de não só apoiar e dinamizar os proprietários absentistas que têm terras que ficam abandonadas, como também quanto à proibição da realização de alqueives, quero dizer uma vez mais que tenho lido quotidianamente acusações que não correspondem, pura e simplesmente, à verdade.

Acerca do preço do milho, gostava de lhe dizer que o Ministério pensa que deve fazer o seu maior esforço, não através de uma política de fomento, por intermédio do preço, mas através do apoio técnico e de um subsídio ou de um apoio aos factores de produção. Não queremos, de modo algum, continuar a manipular a produção agrícola através do preço, como foi feito durante muito tempo. O Sr. Deputado conhece os grandes erros económicos e técnicos cometidos no passado, durante o antigo regime, no que toca à autorização indiscriminada do preço como condição de fomento, na medida em que isso conduz ao cultivo inadequado de culturas em solos que não deveriam ser afectados a essa cultura.

Sobre o milho, há grandes e vastas possibilidades de melhoria técnica da produção, e, apenas com algumas correcções de método, calculamos que podemos aumentar a produtividade deste em 50% sem mudança de tecnologia, pois com mudança de tecnologia podemos mais que duplicar a produção do milho em Portugal.

É no apoio técnico, no apoio dos factores de produção, nos métodos e na assistência técnica que o Ministério entende privilegiar as vastíssimas possibilidades de aumento de produção que temos no caso do milho e não no facto de se continuar a

utilizar o preço como instrumento fundamental do fomento.

Ao Sr. Deputado Ângelo Correia, do PSD, que mencionou um grande desvio da procura em direção aos bens do «cabaz de compras», devo dizer que esperamos um certo desvio, uma certa reorientação, mas consideravelmente mais relativa e menos importante do que aquela que o Sr. Deputado deu a entender.

O tipo de produtos que está incluído no «cabaz» não nos parece que seja daquele género de produtos que consiga modificar imediatamente os modelos de consumo e o regime alimentar dos portugueses e não se poderá, pura e simplesmente, substituir carne de bovino por batatas. Não é esse, de modo algum, o problema mais grave que se colocou a nível da desvalorização, dado que ela veio criar, em escudos, um acréscimo nos encargos financeiros do «cabaz».

Como o Sr. Deputado sabe, uma parte considerável destes encargos já foi coberta, atendendo a que este «cabaz» cobriria inicialmente seis milhões de contos e teve que se ir até nove milhões de contos para cobrir, desde já, as necessidades e os novos encargos da desvalorização.

Sr. Deputado, devo confessar-lhe que não comprehendi muito bem a questão posta sobre as formas de concertação relacionadas com o aumento do «cabaz». Eu não disse nem que aumentava o «cabaz» com mais produtos nem que aumentava os seus preços.

Não percebi muito bem a pergunta, mas posso dizer-lhe que se refere à concertação social à volta da discussão sobre a composição, o futuro e a evolução deste «cabaz» e o sistema de preços e de apoio aos rendimentos fracos, eu entendo que será o método geral que o Governo adoptará na concertação social entre os parceiros sociais, e isso far-se-á, penso eu, através da Comissão Nacional de Preços e Rendimentos e em discussões directas com o Ministério de que sou responsável, com o Ministério do Plano, partidos políticos, sindicatos, associações, etc...

Quanto ao regime das regiões autónomas, também nesta matéria o Secretário de Estado poderá trazer detalhes mais precisos, mas, de imediato, e como resposta geral, eu direi que para as regiões autónomas funciona o mesmo sistema de subsídios, acrescido de um sistema de apoio no que toca aos transportes, sistema este específico para as regiões autónomas.

Nos lacticínios e nos queijos foi tentado um sistema de compensação que parece, até à data, satisfatório, dado que se combinaram certos preços dos produtos finais consumidos no continente, tal como o queijo e o leite com os preços dos produtos produzidos, por exemplo, nos Açores.

Confesso que não ouvi a pergunta do Sr. Deputado Faria de Almeida, do CDS, pois as condições acústicas foram más.

Quanto ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas, do PCP, que criticou o facto de os preços terem sido aumentados antes da sua inclusão no «cabaz», eu já várias vezes expliquei nos meios de comunicação social que era necessário fazê-lo, dado que, se tal não se fizesse, os encargos do «cabaz» subiriam de 11 para 17 ou 18 milhões de contos e não haveria, do

ponto de vista orçamental, capacidades financeiras para o fazer.

Quanto ao problema das classes mais desfavorecidas e das medidas de austeridade, o Sr. Deputado perguntou-me se considerava ou não que tinha havido um aumento do custo de vida. Responder-lhe-ei que é evidente que quando se faz austeridade não há melhoria do nível de vida para os portugueses e quando se tomam medidas destas é evidente que se está a pedir um real sacrifício a todos os portugueses. Não entendo que haja austeridade sem esse sacrifício e sem uma certa estagnação ou baixa do poder de compra. De outra maneira, não sei o que seria austeridade.

Quanto ao facto de as classes mais desfavorecidas terem sido particularmente atingidas, devo dizer-lhe que tanto eu como o Governo estamos bastante preocupados com esse assunto, e por isso mesmo estamos a procurar novos meios e novas medidas de acudir particularmente a essas pessoas e a esses grupos sociais.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Faria de Almeida para repetir a pergunta.

**O Sr. Faria de Almeida (CDS):** — Sr. Ministro: Peço desculpa, se não me fiz ouvir há momentos. O meu pedido de esclarecimento era o seguinte: qual o critério seguido pelo Ministério da Agricultura na importação da batata de semente, já que esta foi vendida a alto preço e agora nos aparece oferecida, nos jornais, a preço da batata de consumo?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro António Barreto, para responder.

**O Sr. Ministro do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas:** — Sr. Deputado, não posso responder cabal e imediatamente à sua pergunta. Consultei o Sr. Secretário de Estado que tem a «tutela» das batatas...

#### Risos.

... e disse-me que o poderá fazer amanhã.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Vamos iniciar, como consta da nossa agenda, o debate propriamente dito.

Tem a palavra o Sr. Deputado Freitas do Amaral. O CDS tem quarenta minutos para intervir.

**O Sr. Freitas do Amaral (CDS):** — Sr. Presidente: Antes de começar, quero agradecer-lhe muito reconhecido a gentileza das palavras que quis ter a amabilidade de me dirigir há pouco. Fico-lhe muito grato por elas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na intervenção que fiz nesta tribuna em 5 de Agosto de 1976, por ocasião do debate do Programa do Governo, afirmei o seguinte:

O Programa não começa por onde devia começar, isto é, por uma análise precisa e global da situação da economia portuguesa. Como se pode receber a terapêutica adequada sem primeiro fazer o diagnóstico?

E logo a seguir:

O Programa não apresenta os problemas económicos, financeiros e monetários como um todo que na realidade são [...] Aquilo que deveria ser uma política conjuntural imediata, necessariamente global, aparece disperso por vários capítulos e nem sempre a compatibilidade entre umas medidas e outras surge assegurada.

No final do debate, em 11 de Agosto, e como esta questão não tivesse sido devidamente elucidada, cheguei à seguinte conclusão:

Apesar dos penosos esforços de alguns Srs. Deputados do PS para tentar encontrar no Programa do Governo aquilo que lá não está, o CDS reafirma não ter visto no Programa, nem ter ouvido no debate, o desenho claro e coerente de uma política económica, financeira e monetária capaz de garantir uma saída segura para a crise em que Portugal se encontra.

Passaram, entretanto, quatro meses e foram a esta Assembleia apresentadas pelo Governo as propostas de lei sobre o Plano e sobre o Orçamento para 1977.

No discurso que então proferi, a 23 de Dezembro, foi-me possível notar um progresso sensível nos textos do Governo sob o ponto de vista do diagnóstico da situação económica, que considerei expressamente como «de um modo geral, correcto». Já quanto à terapêutica proposta, contudo, continuei a manifestar as mesmas dúvidas e reservas que exprimira no Verão. E disse:

Pensava o CDS que o Governo se iria apresentar agora, nesta discussão do Orçamento e do Plano, já com um primeiro conjunto de medidas concretas e urgentes para enfrentar a crise. Mas não [...] Um orçamento e um plano têm de ser um bloco de decisões. Infelizmente, também aqui continuamos a ser um País sucessivamente adiado.

E mais três meses passaram, com a opinião pública e o CDS, entre outros, a reclamarem as medidas específicas de carácter conjuntural indispensáveis ao ataque à crise, financeira e monetária, que o nosso país atravessa.

Até que, finalmente, em 25 de Fevereiro de 1977, tais medidas vieram. Vieram tarde mas vieram.

Estamos hoje aqui, democraticamente, a debatê-las. Ao iniciar a sua participação no debate, o CDS não quer deixar de sublinhar que a adopção de um conjunto global de medidas económicas conjunturais era indispensável, que estávamos nós na razão quando apontávamos a sua falta e proclamávamos a sua necessidade e que nos comportámos de forma responsável quando decidimos dar ao Governo tempo para as preparar. Desde Agosto do ano passado que o CDS, sem deixar de apontar com toda a clareza a falta de uma política económica, financeira e monetária conjuntural, adoptou explicitamente a posição de «interpretando a seu modo o interesse nacional, recusar-se a contribuir para precipitar o País numa nova crise política antes mesmo de ter sido

possível iniciar o ataque à crise económica» (citado discurso de 11 de Agosto de 1976).

Pela parte que lhe diz respeito, o CDS não está arrependido de assim ter procedido até aqui.

**O Sr. Amaro da Costa (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As medidas tomadas pelo Governo no que já foi chamado «plano de 25 de Fevereiro» caracterizam-se, em primeira linha, pelo seu sentido restritivo — a desvalorização do escudo, a austeridade, a contingência das importações, o aumento dos preços, o agravamento dos impostos, tudo são restrições dolorosas que impõem sacrifícios para o futuro. Mas a sua justificação está no passado.

Estas medidas são o retrato de um insucesso e a factura de um fracasso ...

**O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!**

**O Orador:** — ... o insucesso económico e o fracasso histórico do gonçalvismo. É certo que o 25 de Abril veio apanhar a economia portuguesa em crise, mas não só foi incapaz de aproveitar as enormes potencialidades que a própria revolução abriu, como sofreu o desvio aberrante de uma tentativa totalitária que se mostrou hábil na destruição, mas totalmente inepta na reconstrução.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — Portugal começa agora a ter de arcar com os excessos a que o levaram aqueles que precisavam de gerar o caos económico para conseguirem obter a ditadura política. No momento em que as contas do gonçalvismo lhe começam a ser apresentadas para pagamento, é indispensável recordar ao povo português quem o meteu em tão mau negócio.

**Vozes do CDS: — Muito bem!**

**O Orador:** — E é imperioso que as forças democráticas — empenhadas, cada uma no seu lugar e à sua maneira, em eliminar as sequelas dessa trágica fase da revolução — não consintam aos que mais incitaram à aventura, enquanto ela se desenrolou, quaisquer manobras que visem agora explorar em seu proveito próprio os sacrifícios tornados necessários pela cura do mal que fizeram, como se o sofrimento proviesse do remédio que inevitavelmente se tem de prescrever e não da doença que criminosa mente se provocou.

**Aplausos do CDS.**

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** O plano de 25 de Fevereiro mereceu já, oportunamente, os comentários políticos e as análises técnicas que se impunham da parte do meu Partido.

O CDS, se fosse governo, não teria procedido deste modo. Desde logo, porque teria escolhido para o lançamento da sua política económica conjuntural as primeiras semanas subsequentes à posse, sem diferir por mais de um semestre a adopção de medidas reconhecidamente necessárias e urgentes. Depois, porque teria informado de maneira mais completa e sistemática os portugueses acerca da situação eco-

nómica, das soluções previstas ou adoptadas e dos sacrifícios pedidos, seu fundamento, sua duração e sua utilidade colectiva. E, ainda, porque o CDS teria procurado começar pelo princípio, isto é, pela criação das condições ou pressupostos básicos, sem os quais nenhuma política económica se revelará viável na fase actual da vida portuguesa. Condições ou pressupostos que desde Abril de 1976, no seu programa global para a reconstrução da economia portuguesa, o CDS considera serem, primeiro, a estabilização das relações de trabalho, segundo, a definição de uma política de rendimentos e, terceiro, a mobilização social para o desenvolvimento. Condições ou pressupostos a que também chamámos, e hoje vulgarmente se chama, o «pacto social».

Pensamos que o Governo vai ter, assim, mais dificuldades na aplicação da sua política económica conjuntural do que enfrentaria se tivesse escolhido outro ritmo e adoptado outra estratégia. Seja, porém, como for, aquelas três condições são de facto básicas e sem elas todos os esforços serão em vão. O CDS continuará a defendê-las e está certo de que o futuro lhe virá a dar razão.

Também já dissemos publicamente que as medidas económicas do Governo são, em nossa opinião, insuficientes.

Na verdade, o plano de 25 de Fevereiro, se é completo e bastante satisfatório quanto ao objectivo da defesa da balança de pagamentos, não é tranquilizador quanto à eliminação do desemprego, nem quanto ao combate à inflação.

Com efeito, e quanto ao desemprego, não se vislumbra no plano do Governo uma vontade decidida e firme de criar as condições propícias à sua rápida eliminação. O desemprego combate-se criando postos de trabalho, e estes criam-se fomentando o investimento, e este fomenta-se acolhendo e atraiendo a iniciativa privada interna e externa, e esta atrai-se com garantias, com estímulo e com um clima de confiança. O CDS não acredita, como se sabe, nas virtualidades expansionistas do investimento público, tomado como guia e motor do desenvolvimento. E na situação actual da economia portuguesa menos acredita ainda no recurso prioritário ao investimento público no quadro de uma estratégia positiva de criação de emprego. E comprehende-se porquê? É que, não sendo o sistema económico vigente um sistema colectivista, o Estado não pode nem deve tornar-se proprietário de pequenas e médias empresas: tem de virar-se sobretudo, portanto, para os sectores capital — intensivos. Mas com investimentos nestes sectores o Estado não eliminará o desemprego. Basta notar que em tais sectores o investimento custa cinco a dez mil contos por posto de trabalho, o que para 500 mil desempregados implicaria a soma de 2,5 a 5 mil milhões de contos, ao passo que, se o investimento foi feito sobretudo em indústrias de tecnologia intermédia, com um custo médio que ronda os mil contos por posto de trabalho, a eliminação do desemprego orçará pelos 500 milhões de contos, número equivalente a 1/5 ou 1/10 do número anterior e perfeitamente razoável numa perspectiva de médio prazo.

Mas, se assim é, a grande opção estratégica para a reconstrução da economia portuguesa tem de ser, por esta razão, além de outras, a do investimento privado, tanto nacional como internacional. E sob

este prisma é básico resolver o problema das indemnizações e permitir a sua mobilização para o investimento, sem o que não haverá confiança, nem estímulo, nem garantias.

As medidas do Governo são, a este respeito, insuficientes, tornando-se necessário completá-las e concretizá-las quanto antes.

Quanto à questão da inflação, embora haja que reconhecer um certo esforço do Governo, está-se ainda muito longe de um conjunto aceitável de dispositivos capazes de abarcar o problema na sua totalidade.

Apenas haverá que repetir aqui o que em Agosto e em Dezembro do ano passado o CDS já declarou: sem articular num esquema de conjunto, global e coerente, com objectivos anti-inflacionistas, a política orçamental, a política monetária e de crédito e a política de rendimentos e, sem por outro lado, estudar a fundo as técnicas de indexação de salários, preços e rendimentos, o Governo arrisca-se a assistir de mãos atadas ao agravamento constante do custo de vida.

Este tema é fundamental, e a ligeireza com que tem sido abordado normalmente em Portugal não deveria poder continuar. Todos os políticos e, em especial, todos os responsáveis pelos partidos interessados na defesa da democracia precisam de reflectir maduramente no problema da inflação. Porque esta está quase sempre na origem de todas as ditaduras, e é preciso não esquecer que enquanto os políticos vêm para S. Bento, as donas de casa, essas, vão todos os dias à praça ...

Em conclusão: o CDS pensa das medidas económicas do Governo que, embora tenham vindo tarde, tais medidas eram de um modo geral inevitáveis e são necessárias, mas não são suficientes. Haverá, pois, que revê-las num ou noutro ponto e haverá sobretudo que completá-las em vários pontos.

Entende o CDS que com estas medidas apenas não será certamente possível vencer a crise económica. Mas sem elas seria manifestamente impossível começar sequer a atacá-la.

Resta saber se o Governo estará disposto a completá-las e, também, se terá ou não condições para as aplicar e fazer cumprir. Porque, não tenhamos dúvidas, há quem não esteja interessado na defesa da democracia, e, portanto, na resolução da crise económica. Há quem esteja tentado pela sabotagem destas e de outras medidas do mesmo teor com a finalidade de impedir a reconstrução da economia, o funcionamento de um sistema político assente na liberdade e no pluralismo e a natural integração de Portugal no Mercado Comum.

O Plano de 25 de Fevereiro poderá falhar por aí, e, com ele, o Governo responsável pela sua aplicação.

Doravante, as atenções terão de concentrar-se não tanto ou não apenas na concepção dos programas, mas sobretudo na sua execução. E pela execução ou inexecução das suas medidas que o Governo virá certamente a ser julgado. E é pelo impedimento ou não dessa execução que terá de aferir-se o comportamento das diferentes organizações partidárias, sindicais e patronais.

Sobre o Governo pesa uma enorme responsabilidade. Costuma dizer-se que a política é a arte do possível. Nós preferimos dizer dela que é a arte de tornar possível aquilo que é necessário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Do que acabo de dizer e de tudo quanto esta Assembleia e o País sabem já acerca da economia portuguesa resulta confirmada, parece-me, a tese que o CDS tem sustentado nos últimos tempos, segundo a qual, dada a gravidade da situação económica e a fragilidade das instituições democráticas, é absolutamente indispensável que todas as forças políticas aceitem voluntariamente um período de calma política para vencer a crise económica.

Por mim, tenho defendido com insistência essa ideia e penso continuar a defendê-la, porque a considero essencial do ponto de vista do interesse nacional.

E quando falo em forças políticas não me refiro obviamente apenas aos partidos, mas a todas as organizações políticas relevantes, incluindo sindicatos e associações patronais e sem excluir as organizações de desalojados.

A estes, que sofrem na sua carne e no seu espírito erros que não cometem e sacrifícios que não mereciam, a estes e a todos os outros portugueses — civis ou militares, trabalhadores ou empresários, jovens ou adultos, produtores ou consumidores —, a todos dirijo o meu apelo de calma política para vencer a crise económica.

Não para que calem os seus projectos de futuro ou para que levem em silêncio as suas vidas. Mas porque se não vencermos e depressa a crise económica, se não consolidarmos a democracia e se não assegurarmos, no contexto europeu, o nosso novo destino histórico, arriscamo-nos a não ter, para nós e para os nossos filhos, uma pátria justa, livre e independente, onde tenha interesse haver projectos por que lutar e onde valha a pena ter uma vida para viver.

Tenho dito.

#### *Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Como ninguém se inscreve para pedidos de esclarecimento, dou seguidamente a palavra ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas, para uma intervenção.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Queremos declarar mais uma vez, e desde já, que rejeitamos a afirmação aleiosa de que nos pautamos pela oposição sistemática ou pela oposição pela oposição. Tivemos ocasião de manifestar já há uma semana, em comissão, o nosso voto favorável a algumas das medidas económicas propostas pelo Governo, que consideramos positivas, tendo sucedido, nalguns casos, alterações ou aditamentos julgados justos e adoptados unanimemente.

A actuação dos comunistas, quer nas comissões quer neste plenário, é uma prova da nossa política construtiva e responsável. Ninguém com seriedade o poder desmentir. Mas que se desiludam aqueles que pensam que, para obter o seu aplauso, iremos transigir na defesa do interesse nacional, na defesa e consolidação das grandes conquistas da revolução, na defesa dos trabalhadores e da independência nacional.

Consideramos, por exemplo, entre as várias medidas, que os contratos de viabilização de empresas em dificuldades, se fossem inseridos numa política de consolidação das novas estruturas económicas e so-

ciais, poderia ser uma medida positiva. Mas a nosso ver, o balanço global de todas as medidas, apesar de algumas de per si terem o nosso acolhimento, inclina-se fortemente não para a reanimação económica mas sim para a recuperação capitalista. Assim, a desvalorização do escudo é, quanto a nós, uma medida negativa que terá para já efeitos muito limitados na balança comercial e de serviços, dada a estrutura das nossas importações e exportações, o grau de dependência da nossa economia e as características do nosso aparelho produtivo. Não nos podemos esquecer de que cerca de 80% das nossas importações correspondem a bens essenciais e que mais de 60% das exportações correspondem a produtos com uma acentuada rigidez.

Acresce que a componente importada tem um peso elevado em grande parte da produção nacional, anulando-se por essa via os efeitos eventualmente positivos da desvalorização. A deterioração das razões de troca (tornando-a ainda mais desigual), a diminuição dos salários reais e o aumento brutal dos preços são algumas das consequências imediatas de tal medida.

Por outro lado, a dívida externa, pelo simples facto da desvalorização do escudo, teve um agravamento imediato, isto é, para pagarmos os mesmos marcos e dólares, teremos que exportar uma maior quantidade de conservas, de tecidos, de cortiça, etc., correspondendo em escudos, só para o ano corrente, a um encargo suplementar em juros e amortizações de cerca de 2 milhões de contos. O preço de tudo isto vai ser pago pelos trabalhadores portugueses, cujos salários reais vão diminuir aceleradamente, e também por todas as camadas sociais que vivem de rendimentos fixos, nomeadamente os reformados e os pensionistas, e ainda pelas pequenas empresas, que têm dificuldades em repercutir os custos nos preços de venda.

A reavaliação dos activos das empresas privadas é outra medida que vai permitir o financiamento pela banca nacionalizada de empresas que tiveram uma gestão ruinosa e fraudulenta, preparando-as para a entrega aos antigos empresários. Com esta medida, por um lado melhora-se artificialmente a situação líquida das empresas, no plano contabilístico, mas não só. Ela significa, de facto, uma dívida suplementar a muitos capitalistas que tendo dissipado em gastos superfluos os recursos das empresas, vêm agora o capital recomposto à custa da economia nacional, do sacrifício dos trabalhadores e do sector nacionalizado.

Este resultado, ou seja, a transferência de recursos para os capitalistas que em grande parte sabotaram a economia nacional e as vitórias democráticas da Revolução de Abril é no fundamental obtido com o aumento impetuoso dos preços, pela nova inclusão das «amortizações» como elemento dos «custos».

A desvalorização do escudo, a liberalização dos preços, a reavaliação dos activos, são algumas das medidas que vão directamente no sentido da recuperação capitalista, da repartição do rendimento nacional a favor do capital e da acumulação capitalista. São medidas que vão ter como consequência não a reanimação da economia mas sim o agravamento das condições de vida da população em geral e o reforço da nossa sujeição e dependência.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Na lei do Plano e do Orçamento para 1977, proposta pelo Governo a esta Assembleia e por ela aprovada, foi inscrito como

uma das medidas de política tendentes à realização das metas do Plano (citamos), «A manutenção do nível global do consumo privado, em termos reais de 1976, com salvaguarda de participação do factor trabalho no rendimento nacional. A fixação e controlo dos preços e garantias do abastecimento dos produtos constantes da lista a publicar pelo Governo até ao fim de Janeiro («cabaz de compras»), ouvidas as organizações representativas dos trabalhadores».

Ora as medidas agora tomadas pelo Governo constituem uma clara derrogação da lei do Plano, já que os seus resultados no imediato e no curto prazo são justamente a violação da salvaguarda da participação do factor trabalho no rendimento nacional, contrariando também claramente as garantias de abastecimento e de controlo de preços estipulados na referida lei.

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Inversamente, a fixação de taxas de câmbio especiais à exportação de certos produtos, o corte nos consumos dos altos rendimentos, uma política correcta de substituição de importações, a diversificação das nossas relações económicas externas, etc., são algumas das medidas que o Governo não quis contemplar.

A vida mostrará que não é contrariando as leis tendenciais da nossa economia, que não é com medidas como as que o Governo adoptou, que, no fundamental, conduzem ao sacrifício dos trabalhadores e ao benefício acrescido do grande capital, que se reanimará a economia.

Uma coisa no entanto deve ficar muito clara: o PCP está pronto a fazer todos os esforços para, conjuntamente com todos os democratas e patriotas, nomeadamente com os socialistas, levar à prática soluções democráticas e nacionais para a crise que atravessamos.

Esta tem, quanto a nós, uma alternativa democrática que passa pela participação activa e entusiástica das classes trabalhadoras mobilizadas pela perspectiva clara de um futuro próspero, um futuro socialista.

A reanimação económica, a satisfação progressiva das reais necessidades da esmagadora maioria do povo português, não podem ser obtidas contra os trabalhadores, mas com os trabalhadores e pelos trabalhadores.

#### *Aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Faltam ainda cinco minutos para o termo dos nossos trabalhos, que, rigorosamente, irão terminar às 21 horas. Entretanto, ainda temos tempo para pedidos de esclarecimento, cuja resposta poderá ser dada amanhã, se já não houver tempo hoje. Para esse efeito, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

**O Sr. António Guterres (PS):** — Começo por registrar com prazer que o Sr. Deputado tenha dito que o Partido Comunista não faz oposição sistemática, embora seja cada vez mais difícil ao povo português compreender como é que, não se fazendo oposição sistemática, se está praticamente sempre contra tudo aquilo que se faz.

**O Sr. Francisco Vidal (PS):** — Muito bem!

**O Orador:** — Gostaria apenas de lhe colocar três perguntas. A primeira consiste em saber em que é

que, no concreto, as opções essenciais definidas no Plano foram derrogadas por este conjunto de medidas.

A segunda é se, para o Sr. Deputado, uma recuperação que não fosse capitalista implicaria ou não que todas as empresas privadas tivessem prejuízo. De outra forma, começo a não perceber qual o seu conceito de recuperação económica.

A terceira pergunta diz respeito ao seguinte: sendo permanentemente reconhecido pelo seu partido que existe uma situação em que o consumo excede em muito a capacidade produtiva do País e tendo de reconhecer o esforço que o Governo tem feito em outras medidas como nestas, no sentido de restringir fortemente os consumos supérfluos, com que tipo de medidas poderia o Partido Comunista, numa estratégia diferente desta, reduzir o consumo de forma substancial, tanto quanto é necessário para encontrar os equilíbrios fundamentais da vida económica portuguesa.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Carlos Carvalhas poderá responder, visto ainda dispormos de cerca de três minutos.

**O Sr. Carlos Carvalhas (PCP):** — Começando por responder à nossa primeira pergunta, digo que me espanta a afirmação do Sr. Deputado António Guterres quando diz que estamos sistematicamente em desacordo, pois temos trabalhado juntos na Comissão de Economia, Finanças e Plano, aqui no Plenário e até lá fora, e isso não se tem verificado.

Daremos combate a tudo aquilo que consideramos que se traduz na recuperação capitalista ou num modelo que vai contra as perspectivas da grande maioria do povo português.

Em relação à segunda pergunta, «porque é que afirmamos que foram derrogados os objectivos e as medidas propostas no Plano», é porque pensamos, e afirmamos desde já, que o factor trabalho vai decrescer na sua quota-parte do rendimento nacional. Isto é, com as medidas agora tomadas, a parte respeitante ao capital vai crescer bastante. E afirmo ainda mais: já no ano passado, em 1976, isto sucedeu. O Sr. Deputado poderá consultar o seu Governo, porque ele tem esses elementos. Nós também temos.

Quanto à terceira pergunta que me fez, «se o meu Partido pensa que as empresas privadas deveriam todas ter prejuízo e se estaremos de acordo com isso», é evidente que não estamos. Pensamos que em relação às pequenas empresas e às empresas privadas se lhes deve dar auxílio; e o melhor auxílio que se lhes pode dar é transformar o sector nacionalizado não capitalista num potente e dinâmico motor que possa arrastar toda a economia portuguesa, contrariamente ao que aqui foi afirmado há bocado e que consideramos ser uma afirmação de fé, porque não foi demonstrada. É que, se o sector não capitalista se dinamizar, se se fizerem reestruturações, se for esse o sector guia, através das compras, através de contratos e sub-contratos, pode arrastar as empresas privadas, que, essas, são guiadas pelo máximo lucro, máximo lucro esse que só coincide com o interesse nacional quando coincide. E isto responde também a uma questão aqui posta falsamente, quando se diz que grande parte da

população activa corresponde ao sector capitalista. Grande parte da população activa encontra-se em empresas com menos de cinco trabalhadores e essas não são beneficiadas por estas medidas agora tomadas. Pelo contrário, o aumento da taxa de redeseonto, a desvalorização do escudo e outras medidas vão acelerar a alta de preços e essas empresas onde trabalha a grande maioria da população portuguesa não têm possibilidade de repercutir nos preços das vendas o aumento dos custos. Terão, sim, essa possibilidade as grandes empresas, muitas daquelas que servem de suporte a algumas bancadas que temos aqui em frente.

#### *Risos do CDS.*

Em relação à quarta pergunta, se o consumo é superior à produção, fomos dos primeiros a afirmar que, de facto, o consumo é superior à produção e que temos de reduzir os consumos. Mas reduzir os consumos de quem? Os da alta burguesia, nos consumos de luxo, nos consumos supérfluos, nos consumos desnecessários, ou nos consumos da classe operária, dos trabalhadores, dos pensionistas, dos reformados, dos desempregados? É possível ou não reduzir os consumos das altas classes? Há ou não dinheiro em Portugal imobilizado? Qual é o volume dos depósitos a prazo que existem neste momento? Se o Governo prevê que sobre o imposto de capitais se faça uma arrecadação de cerca de cinco milhões de contos, a quanto é que isso corresponde em matéria colectável? E a que património é que isso corresponde? Não haverá possibilidades de se ir aos altos rendimentos buscar o que é necessário?

Nós estamos de acordo com uma política de austeridade, mas não estamos de acordo com uma política de recuperação capitalista. Não estamos de acordo que estas referências se façam para a grande maioria da população portuguesa, mas sim para aqueles que durante o período fascista e após o 25 de Abril delapidaram e sabotaram a nossa economia e levaram as empresas à ruína.

#### *Risos do CDS e aplausos do PCP.*

**O Sr. Presidente:** — Chamo a atenção dos grupos parlamentares para o apuramento dos tempos disponíveis para amanhã, quanto ao debate: o Governo dispõe de 90 minutos, o PS de 40, o PSD também de 40, o CDS de 21,50, o PCP de 32,25 e a UDP de 25.

Quanto aos pedidos de esclarecimento, o Governo dispõe de 20 minutos, o PS de 15,50, o PSD de 12,15, o CDS de 14,30, o PCP de 10,05 e a UDP de 7,50.

Continuaremos os nossos trabalhos amanhã, pelas 10 horas.

*Está encerrada a sessão.*

*Eram 21 horas.*

---

#### *Deputados que entraram durante a sessão:*

**Partido Socialista (PS)**

Adelino Teixeira de Carvalho.

António Magalhães da Silva.

Avelino Ferreira Loureiro Zenha.

Carlos Alberto Andrade Neves.  
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Luís de Almeida Torres Marinho  
 Fernando Tavares Loureiro.  
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.  
 Florival da Silva Nobre  
 Francisco Soares Mesquita Machado.  
 Herlander dos Santos Estrela  
 Jerónimo Silva Pereira.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João da Silva  
 Joaquim Oliveira Rodrigues.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José Manuel Niza Antunes Mendes.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.

**Independentes**

António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira

**Partido Social Democrata (PSD/PPD)**

Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Fernando José da Costa.  
 José António Nunes Furtado Fernandes.  
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.  
 Manuel Valentim Pereira Vilar.  
 Nicolau Gregório de Freitas.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 Francisco António Lucas Pires.  
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.  
 Henrique José Cardoso Meneses Pereira de Moraes.  
 Narana Sinai Coissoró.  
 Ruy Garcia de Oliveira.

Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglez.  
 Georgete de Oliveira Ferreira.  
 Jaime dos Santos Serra.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

**União Democrática Popular (UDP)**

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

*Deputados que faltaram à sessão:***Partido Socialista (PS)**

Carlos Cordeiro.  
 João Joaquim Gomes.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Mário António da Mota Mesquita.  
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
 Rui Paulo do Vale Valadares.

**Partido Social-Democrata (PSD/PPD)**

Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 João Manuel Medeiros Mateus.  
 Manuel Henrique Pires Fontoura.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

**Centro Democrático Social (CDS)**

Carlos Galvão de Melo.  
 Jcão Gomes de Abreu de Lima.  
 José Manuel Cabral Fernandes.

**O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDAÇÃO, Januário Pinto.**